

PROGRAMA DE GOVERNO

Gestão 2025-2028

Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Sustentabilidade para Uberlândia

Uberlândia é inegavelmente uma cidade pujante, cheia de potencialidades e de energia criativa, mas que se encontra sufocada por padrões políticos e administrativos arcaicos.

As Instituições de Ensino locais, o Sistema Integrado de Transportes (SIT), as Unidades de Atendimento Integrado (UAIs), o Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE), entre outros, são exemplos de intervenções estruturais que foram fundamentais para as bases que sustentam os bons indicadores que a cidade conquistou ao longo dos anos.

Ainda assim, há mais de 20 anos que não vemos nenhum desenho inovador, que planeje a cidade num contexto de hipercomplexidade social e global. É uma cidade desordenada, estamos despreparados para os novos desafios que se impõem. Nossa cidade não está preparada e nem tem planos para os maiores desafios deste século, que serão:

- Mudanças Climáticas;
- Globalização crescente e Imigração;
- Ciber Conectividade;
- Urbanização e crescimento populacional;
- Exaurimento de recursos naturais;
- Aumento das desigualdades - sociais, de gênero, étnico-racial, por exemplo.

O nível de complexidade das questões atuais e as soluções propostas pelos atuais gestores beiram ao imprevisto e são fundamentadas em pressões políticas pontuais, baseadas em diagnósticos parciais e questionáveis em um padrão de demanda-resposta de curto prazo que produz um custo fiscal, urbano e social que inviabiliza as construções e planejamentos de políticas, programas e projetos de médio e longo prazos.

Assim, vamos apresentar uma Nova Visão para a Gestão da nossa cidade.

Uberlândia tem que ser pensada a longo prazo, para as futuras gerações, tratando os problemas nas complexidades necessárias e com uma visão e direção claras e legítimas para sanar nossas dificuldades e nos prepararmos para as incertezas do futuro. Temos a convicção de que hoje o maior desafio para qualquer governante no contexto local e nacional é recuperar a **CONFIANÇA** e a **LEGITIMIDADE** perante a população. Para isso precisamos deixar claros os valores que conduzem nossa candidatura. São eles:

1. **Humanidade**, ter um olhar para todos e também para cada um com a dignidade dispensada igualmente, sem discriminações.
2. **Honestidade**, para conduzir o patrimônio do povo na direção correta e eficaz.
3. **Honra**, sendo a palavra dada capaz de manter a impecabilidade e a correção necessárias para trazer a confiança de volta.

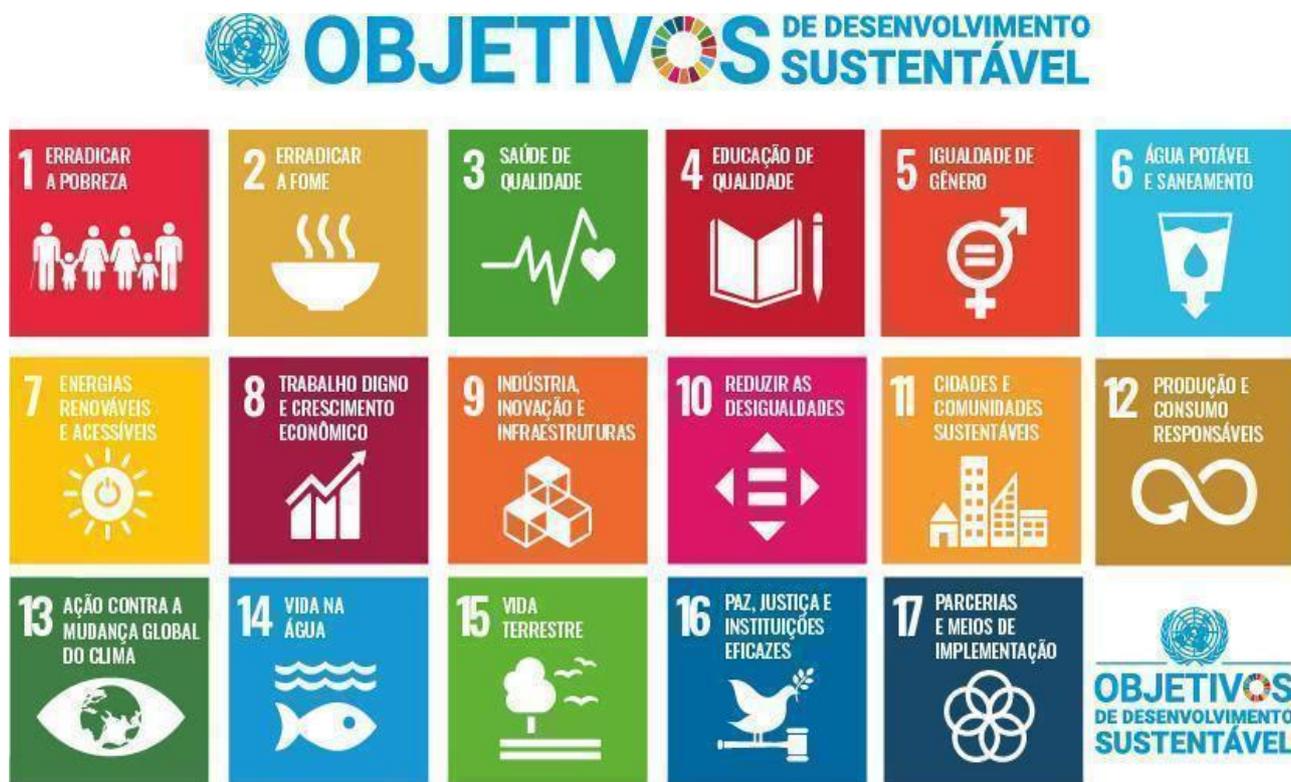
São estes valores que nos unem e estimulam um senso de amor por Uberlândia que nos levará a um futuro próspero, igualitário e moderno. Nossa visão é realizar um **GOVERNO DE JUSTIÇA SOCIAL para todos**.

Governar com Justiça significa **prover um ambiente seguro e digno para todas as pessoas hoje e no futuro, em que as gerações atuais tenham suas necessidades suprimidas, mas que isso não comprometa as gerações vindouras**. Segurança em todos os aspectos da vida - a saúde, a alimentação, a cognição e a integridade física e mental.

Concretamente, só atingiremos essa meta mediante alguns **fatores críticos de sucesso**: garantir o desenvolvimento econômico e saúde fiscal hoje e no futuro; oferecer serviços públicos de máxima qualidade hoje e no futuro; conduzir democrática e respeitosamente as relações com todas as instituições estatais e organizações da sociedade civil; e, finalmente, uma eficiente articulação federativa que saiba construir objetivos comuns entre os Municípios, o Estado e a União.

Todos esses fatores de sucesso se processam sistêmica e substancialmente em uma nova postura em relação a três elementos: uma integração profunda com a Sustentabilidade ambiental e econômica que conformam a nova economia do século atual; uma radical transparência dos atos, processos e práticas públicas; e um compromisso permanente com eliminação das opressões - social, de cor, gênero, política etc. - e um fomento à igualdade de oportunidades como nunca antes visto em nossa Uberlândia. Esse paradigma exposto coloca nosso projeto em sintonia com a mais consensual diretriz para

a governança pública atual e no futuro, a AGENDA 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Acordo de Paris sobre o clima.



Uma abordagem sistêmica

A Uberlândia que queremos só terá o futuro que desejamos com um tratamento sistêmico e integrativo da administração. Isso significa que cada ato de governo é pensado tanto nas causas múltiplas que originam nossos problemas quanto nas consequências simultâneas e variadas de cada decisão do governo. **Uberlândia já está atrasada nesse modo de administrar e o nosso objetivo é não permitir que esse atraso se amplie.**

Não temos, necessariamente, que inventar nada, pois existem práticas e experiências de gestão que sustentam esses paradigmas e há farto material para modelagem institucional e captação de experiências e todas elas convergem em **5 princípios** que possibilitam a concretização de uma cidade sistemicamente tratada.

Coerência: precisamos de uma plataforma referencial que integre e unifique os inúmeros programas, órgãos municipais e aspirações díspares. Exemplo: sabemos que o melhor futuro para as crianças é moldado pela estabilidade das famílias e seus lares, pela qualidade das escolas, por seu acesso à saúde, pela qualidade de alimentos que ingerem, pelo contato com a natureza. Cada aspecto deste paradigma é tratado hoje em órgãos e

secretarias de governo diferentes. Isso precisa mudar.

Circularidade: precisamos ver a cidade como um organismo vivo que se retroalimenta. Energia, informações e recursos fluem através da cidade. Não pode haver desperdício de nenhum potencial.

Resiliência: as ações da gestão visarão a capacidade de suportar as dificuldades cíclicas que se impõem externamente, assim como as internamente latentes, além de desenhar processos de recuperação rápidos. A meta é pensar uma Uberlândia forte, especialmente frente ao cenário de agravamento das mudanças climáticas.

Comunidade: Ao fim e ao cabo, os tecidos sociais são formados pelas pessoas e para as pessoas, e cada uma delas importa igualmente. Gerar um senso de comunidade é fomentar um estado de bem-estar coletivo e um sentimento de apropriação da população. A mensagem é clara: Uberlândia pertence a todos!

Compaixão: nosso princípio espiritual. É preciso escolher como nos relacionar com nossa sociedade. Concretamente, é **ouvir, dar voz e tratar a todos com igual dignidade e respeito**.

Esses cinco princípios orientarão todas as nossas decisões e formulações de políticas públicas e propiciarão uma alavancagem na forma de organizar a política institucional, a administração e a economia da nossa cidade.

Eixos para a construção do Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Sustentabilidade para Uberlândia

O nosso Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Sustentabilidade está estruturado de maneira a pensar a complexidade e os temas municipais de modo cruzado, interconectados, justamente para gerar a *coerência* de ações que tem por princípio observar que cada causa e solução possuem efeitos sistêmicos, que nos obriga a pensar os temas nessas dinâmicas, de modo que a postura de governança seja aquela que pense os níveis de complexidade adequados para cada desafio.

Para uma governança que propicie sempre o melhor para a população, todos os níveis precisam estar inteligentemente costurados, hierarquicamente dispostos, com o pensamento inovador estabelecendo o paradigma para as soluções concretas.

Os governos municipais possuem suas idiosincrasias. O atual desenho institucional foi concebido para o nível processual de governança atual, ou seja, com cada secretaria informando de maneira quase autônoma as diretrizes de ação. Porém, a observação da realidade nos mostra que o padrão real de atuação da governança municipal se dá somente

no nível tático. Isso ocorre tanto por incompetência no planejamento quanto por um sequestro das pautas sociais pelos arranjos político-econômicos da cidade.

A gestão atual se preocupa mais em responder às combinações eleitorais e afinidades sociais do que adotar uma gestão coesa, estrategicamente formulada e informada pela necessidade de transparência para todos os cidadãos de nossa cidade. Também por essa razão é vista uma relação deletéria entre Executivo e Legislativo, em que o último é mais um carimbador e cliente do que um parceiro estratégico nas agendas de desenvolvimento da cidade. Não admira que todo esse panorama deságue em uma estrutura arcaica de governança, colocando a população cada vez mais distante do governo.

Os Eixos que norteiam a construção do nosso Projeto Estratégico de Desenvolvimento e Sustentabilidade têm o objetivo de desenhar institucionalmente a cidade para um padrão *sincrônico-inovador*, de modo que o voluntarismo e o patrimonialismo sejam contidos e que o nosso Projeto possa alçar Uberlândia a um novo modelo de Cidade democrática e sustentável.

Os eixos são aglutinações de ações e dimensões afins que possuem um maior grau de interdependência e que, se pensadas conjuntamente, facilitam o diagnóstico e a alavancagem na dinâmica *solução-impacto*. Assim, as ações que exporemos neste Projeto, deixarão claro ao cidadão como uma proposta pode atingir as diversas dimensões da vida da nossa cidade e da nossa população.

Os Eixos são:

Eixo 1 - Gestão, englobando as dimensões da Gestão Pública, Governança Democrática, Planejamento, Comunicação Interinstitucional e Comunicação social.

Eixo 2 - Economia, agregando as dimensões do desenvolvimento econômico para todos, da inovação, do trabalho, da sustentabilidade e da ciência.

Eixo 3 – Cidade Sustentável, que se debruça sobre as dimensões do urbanismo, infraestrutura, habitação, mobilidade, obras e meio ambiente.

Eixo 4 - Social, trata das dimensões da saúde pública, assistência social, saneamento, segurança e igualdades.

Eixo 5 - Educação, se organiza em torno das dimensões da educação, cultura, esportes, lazer e turismo.

Os Eixos impõem um desenho de governança sistêmico que exige que se

comuniquem **verticalmente e horizontalmente**, ou seja, que demonstrem como a decisão de um Eixo afeta e se liga às dimensões dos outros. Isso ficará mais claro com o desenvolvimento do nosso Projeto. Por exemplo, sabemos que o problema da pobreza precisa mobilizar, de modo coeso e inteligente, todos os Eixos e suas ações ao mesmo tempo, se quisermos ver soluções duradouras.

O nosso Planejamento Estratégico de Desenvolvimento e Sustentabilidade aposta na inteligência da população de Uberlândia para resgatar a ousadia que outrora tivemos, assim como almeja concretizar suas ações para o Desenvolvimento Municipal e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Explicada a estruturação do nosso Projeto, seus valores, sua visão, princípios, fatores críticos de sucesso e a organização de suas ações e objetivos, passamos à apresentação de cada Eixo, suas dimensões e ações.

EIXO 1 – GESTÃO

Gestão Pública, Governança Democrática, Planejamento, Comunicação Interinstitucional e Comunicação social



Uberlândia, ao longo dos anos, vem sustentando bons indicadores de qualidade de vida. O nosso Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - que mede longevidade, educação e a renda per capita - **hoje é de 0,789**. Mas este dado precisa ser cruzado com outros indicadores, visto que nossa cidade padece dos mesmos problemas da maioria dos brasileiros, como alta desigualdade na renda, ineficiência e precarização crescente dos serviços públicos. Outro problema é a antiquada/inadequada estrutura de Gestão adotada pelo Município com excesso de órgãos, secretarias e sobreposição de funções. Também merece atenção o arcabouço legislativo do município, que não possibilita um desenho institucional que dê conta dos desafios atuais, demandando reformas urgentes. A tendência histórica de Uberlândia de fechar sua governança reduz os seus potenciais sociais e econômicos.

É necessário:

Realizar uma revolução **no Planejamento Estratégico, na Governança, e na Comunicação Social e Interinstitucional** do novo Governo. Para isso, incorporaremos as boas práticas reconhecidas nacional e internacionalmente no campo das **Inovações Tecnológicas de Gestão**.

Nossa Meta:

Elevar os níveis de transparência e racionalidade ao grau máximo possível no campo da Gestão Pública e Administração Municipal, e para isto apresentaremos as ações que fazem parte deste **Projeto Municipal de Desenvolvimento e Sustentabilidade**, com foco numa profunda Reforma Administrativa e na racionalização da força de trabalho (servidores) da Administração Municipal, com base em Valores Humanos e em especial na consciência do “servir”, que visa "inspirar ações corretas" do nosso futuro Governo.

DIMENSÃO 1 - GESTÃO PÚBLICA TRANSPARENTE E EFICIENTE

– PACTO MUNICIPAL DE GOVERNANÇA TRANSPARENTE:

Deveremos pactuar com todas as instâncias da sociedade uma Aliança para um Governo Aberto, articulando parcerias Intersetoriais em favor da ética, da transparência pública ativa e da gestão democrática. Deverão ser desenhadas pelos participantes as

fases de construção de uma Cidade modelo em Transparência mediante: 1) Elaboração; 2) Implantação dos Projetos e seus Planos de Ação; 3) Avaliação, Monitoramento e retroalimentação para melhorias contínuas.

- AVANÇAR A GOVERNANÇA DIGITAL (e-GOV):

Para a alavancagem da qualidade de diversos serviços públicos e a viabilidade de um processamento rápido e sistêmico das demandas, precisamos de uma constante transformação digital da Prefeitura. Assim, buscaremos aperfeiçoar continuamente as rotinas, gerenciar dados, implementar soluções que cheguem aos usuários e não fiquem restritos às rotinas burocráticas da gestão municipal. Essa transformação propiciará um salto de transparência, eficiência e integração das informações municipais, gerando efeitos positivos para toda a sociedade.

- MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO:

Modernização dos Programas de Transparência do Sistema Municipal de Acesso à Informação, possibilitando à população exercer amplamente o seu direito de acesso à informação e com formatação responsiva, disponibilizando todas as informações necessárias ao pleno exercício da cidadania.

- REESTRUTURAR O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (MUNICIPAL- ATIVA):

Oferta de um Guia de Serviços Públicos, Dados Abertos, Compras Abertas, Gastos Abertos e Contas Abertas, Contas ONLINE. O Novo Portal será reestruturado com tecnologias W3C¹ e adaptados em aplicativos responsáveis, em Licenças Abertas de Creative Commons², com Acessibilidade para deficientes visuais e áudio-leitura, incorporando ainda o sistema Rybenná e Linguagem de Sinais Libras. Com isso, objetiva-se promover maior eficácia, eficiência, efetividade e economicidade do governo municipal, permitindo que possam ser oferecidos melhores serviços de TI que respondam às exigências de transparência e prestação de contas para a sociedade.

- MODERNIZAÇÃO DA REDE PÚBLICA DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS:

Modernizar a Rede Pública Municipal de Inovações Tecnológicas (REPIT), estruturada em formato horizontal de Conselho Consultivo, com Comitê Executivo na linha das Parcerias Público-Privadas (PPPs), na qual o poder público municipal poderá

¹ O World Wide Web Consortium (W3C) desenvolve padrões e diretrizes para ajudar todos a construir uma web baseada nos princípios de acessibilidade, internacionalização, privacidade e segurança.

² O capítulo brasileiro do Creative Commons é uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e uso da criatividade e do conhecimento através de instrumentos jurídicos gratuitos – as licenças CC.

compartilhar conhecimentos, projetos e experiências inovadoras, com grandes empresas parceiras do setor de alta tecnologia, direcionando as propostas para a melhoria da gestão pública e aprimoramento dos serviços prestados aos munícipes.

- MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Modernizar administrativamente os órgãos de gestão da prefeitura, visando maior eficiência na prestação de serviços ao cidadão, reduzindo sobreposições de funções e cargos supérfluos. Cortar despesas inúteis, diminuindo níveis hierárquicos e a burocracia, para agilizar os atendimentos das demandas, dando maior eficiência e efetividade às ações do governo. O nosso Projeto organizará o núcleo dos órgãos municipais de gestão a partir de seus Eixos, induzindo a uma redução burocrática e a um tratamento sistêmico das questões.

- VALORIZAÇÃO INTELIGENTE DO SERVIDOR MUNICIPAL:

O servidor efetivo é aquele que detém o conhecimento da gestão Municipal e, portanto, terá que ser olhado de forma destacada para a ocupação das funções e cargos de confiança.

Em relação aos servidores do CCZ (Centro de Controle de Zoonoses), especialmente para agentes de endemias que realizam visitas, implementaremos ações que melhorem suas condições de trabalho e um ambiente respeitoso, criando estruturas de apoio móveis para o desempenho de suas funções.

Nos órgãos de gestão serão abertos processos seletivos para a **ocupação das funções de confiança** para que todos os servidores tenham oportunidade de participar.

Para a sua valorização e os desafios da transição tecnológica da prefeitura, é preciso capacitar previamente os servidores para estarem preparados para este novo modelo de gestão.

- VALORIZAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL:

Reestruturar o Instituto de Previdência Municipal quanto à gestão, transparência das informações, planos de investimentos e aplicações, provendo-o de equipamentos, materiais e recursos humanos para garantia dos pagamentos de aposentadorias e pensões hoje e no futuro, assegurando, portanto, a qualidade de vida daqueles que contribuíram ao longo da vida laboral.

- REESTRUTURAR A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

A Controladoria Geral do Município se vinculará à nova estrutura organizacional e

receberá outras atribuições, além das atividades de corregedoria, controle interno e do setor de integridade, prevenção e combate à corrupção, ampliando serviços, informatizando processos e qualificando o atendimento ao cidadão. Já existem manuais com guias de implementação desses serviços, mas com as novas atribuições a Controladoria deixará o papel opressor e se tornará ativa na cooperação com os demais órgãos de administração, para agilização dos processos e da melhoria dos serviços ofertados internamente aos outros órgãos e, conseqüentemente, melhor atendimento aos beneficiários finais.

- REESTRUTURAR A OUVIDORIA MUNICIPAL:

Reestruturação da ouvidoria municipal com a garantia de condições dignas de trabalho aos servidores, com criação do Disque Denúncia, um canal sigiloso de denúncias sobre supostos casos de assédios e abuso de poder, com apuração das mesmas, corrigindo o que for comprovado e inibindo perseguição, retaliação e garantindo-se o processo legal de ampla defesa.

- IMPLEMENTAR O MANUAL MUNICIPAL DE CONFORMIDADE DE NORMAS:

Esse manual conterà as Normas Obrigatórias para que cada órgão/gestor público seja CERTIFICADO pela observância, ou não, das regras de transparência a serem cumpridas. O documento também conterà a Metodologia de Fiscalização para o devido cumprimento das instruções normativas emitidas pela Prefeitura Municipal, sendo certo que o mesmo deverá ficar disponível em formato aberto na internet, bem como ser disponibilizado por e-mail para todos os cidadãos interessados que se cadastrarem para receber o referido manual.

DIMENSÃO 2 - GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

- INSTITUIR A POLÍTICA MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL ATIVA:

Instituir a Política Municipal de Participação e Controle Social, visando o empoderamento dos cidadãos e o engajamento cívico, bem como fomentar a mobilização social.

- CRIAR O SISTEMA MUNICIPAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

Articular a criação do Sistema Municipal de Participação Social, em que atuarão todos os Conselhos Municipais necessários ao fortalecimento dos processos de participação democrática, controle social e engajamento cívico, reforçando o seu caráter consultivo.

- CRIAR O CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL (CMTCS):

Instituir o CMTCS e, a partir deste, elaborar a Nova Política Municipal de Participação Social, o novo Sistema Municipal de Participação Social, o Plano Municipal de Participação Social, o Programa Municipal de Capacitação de Conselheiros, o Índice Municipal de Transparência, tudo em linha com o Decreto Federal Nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social e Sistema Nacional de Participação Social, os quais visam fortalecer a cultura de participação social, adaptados ao âmbito municipal.

- FORTALECER A CAPACITAÇÃO DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS:

Reestruturar o funcionamento de todos os Conselhos Municipais setoriais, modernizando seus regimentos, democratizando o processo eletivo e fortalecendo o papel consultivo de suas atuações. Em seguida, será apresentado um cronograma de cursos (formações, treinamentos, capacitações) com metas de inscritos e avaliação de aprendizagem para que em todos os Conselhos possam atuar pessoas capacitadas e engajadas para o exercício da cidadania.

- INSTITUIÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGULARES:

Realização de audiências públicas de interesse sensível da população, a serem divulgadas em bairros e comunidades e realizadas em espaços públicos.

Criar e implementar um sistema de divulgação das Audiências Públicas por vídeo, que sejam transmitidas ao vivo e fiquem disponíveis no Portal da Transparência Municipal.

DIMENSÃO 3 - PLANEJAMENTO PARA UMA GESTÃO PÚBLICA
DEMOCRÁTICA

- ELABORAR E PUBLICAR CARTILHAS DE CICLOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA:

Revisar todos os instrumentos institucionais públicos de planejamento municipal, partindo do PPA (Plano Plurianual), da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e da LOA (Lei Orçamentária Anual), viabilizando na cidade os modernos processos de orçamento descentralizado (programático e funcional).

- ESTABELEECER UMA NOVA RELAÇÃO COM A CÂMARA DE VEREADORES COM UM PLANEJAMENTO CONJUNTO DA AGENDA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO:

Historicamente, os poderes Legislativos municipais não são parceiros do Executivo na elaboração da agenda prioritária do município, ficando no papel reduzido de dizer SIM ou NÃO aos projetos do Prefeito, que detém amplo poder de cooptação.

O nosso Projeto vai alterar esta relação, pois vê o Legislativo com a grandeza que

possui de representar toda a sociedade uberlandense (aliás, ele é o órgão de representação política e, como tal, deve ser respeitado) e por isso mesmo planejar, semestralmente, com uma comissão definida pela Câmara Municipal, a agenda legislativa prioritária do semestre vindouro.

Também estabelecerá uma agenda contínua de discussões com o Legislativo para a elaboração das peças orçamentárias do Município (PPA, LDO e a LOA), com a definição prévia das Emendas Parlamentares e sua inclusão na LOA na etapa de discussão no Legislativo.

Buscaremos permanentemente a integração com o Legislativo para termos uma Câmara parceira, ativa e propositiva no desenvolvimento do futuro de Uberlândia.

- ELABORAR O PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO (PDTI):

Elaborar o Plano Diretor de Tecnologias da Informação (PDTI), integrado aos demais Planos de Políticas Setoriais do município, que estabelecerá os parâmetros para novas instalações de infraestrutura de internet, novas plataformas virtuais de acesso à informação e aplicativos digitais que coloquem o município na condição real de Cidade Inteligente (Smart City). O PDTI dará orientação e suporte à implantação/gerenciamento de todas as novas tecnologias no âmbito da cidade, inclusive *big data*, *cloudcomputing*, *mobile* e redes sociais, IoT, drones, Gestão da Segurança da Informação (*blockchain*) dentre outras, sempre regidos pela premissa da Transparência e da Publicização.

Junto com o PDTI deveremos elaborar uma Estratégia Municipal de Tecnologias da Informação para estabelecer metas e cronogramas de implementação prioritárias, visando a redução do analfabetismo digital em todos os segmentos da sociedade (jovens, adultos e idosos).

- APRIMORAR A POLÍTICA DE COMPRAS DIGITAIS SUSTENTÁVEIS:

Tal política disciplinará as licitações sustentáveis para a aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, permitindo a adoção de critérios ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis, compostos por um novo sistema digital e um *Software Robô* capaz de fazer e exibir com clareza a comparação de preços de similares praticados, mediante o Sistema COMPRAS NET, especialmente centrado em Atas de Registro de Preços Nacionais.

- PADRONIZAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS:

Implementar no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional a padronização de bens e serviços comuns necessários ao bom funcionamento diário da administração, bem como estabelecer médias de consumos para redução de estoques e de perdas com produtos vencidos.

- CRIAÇÃO DO BANCO DE PREÇOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

Criar em modelo digital o Banco de Preços da Administração Pública Municipal, informando, via Portal da Transparência, os valores pagos por produtos, bens e serviços atualmente e nos últimos anos, comparando inclusive com os preços pagos por outras administrações e Sistemas de Banco de Preços praticados e disponíveis no mercado.

- REVISÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE COMPRAS:

A Legislação Municipal de compras deverá se ater exclusivamente ao definido na Lei Federal 14.133/21, vigente desde março de 2024, e terá como objetivo a simplificação e agilização dos Processos de Compras em atenção às necessidades dos Órgãos requisitantes, passando a Diretoria de Compras a se ater ao seu papel de facilitador do processo de suprimentos dos órgãos municipais.

- REESTRUTURAÇÃO/AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES URBANAS E SALA DE SITUAÇÃO:

Modernização do Centro Municipal de Operações e da Sala de Situações com Sistemas Digitais e Equipamentos de Controle destinados à gestão integrada de todos os serviços públicos municipais, 24 horas por dia. Nesse local será feito o monitoramento das condições urbanas no município em “Visão 360 graus”, relativamente à mobilidade urbana, segurança e situações de emergências, sendo o acompanhamento realizado por servidores capacitados.

- REVISAR TODOS OS CONTRATOS E CONVÊNIOS DA PREFEITURA:

Determinar uma Auditoria em todos os Contratos Públicos Municipais, bem como de todos os convênios firmados pela Prefeitura, a fim de que sejam, se necessários, corrigidos na direção dos princípios da administração pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

- PUBLICAR PERIODICAMENTE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES:

Todos os órgãos da Administração Pública Municipal, direta e indireta, passarão a publicar periodicamente o seu relatório de atividades, contendo indicadores, metas e

resultados. Também será manualizado, no nível municipal, um Sistema/Programa fixo de emissão de Relatórios periódicos de Prestação de Contas para todas as Secretarias e Departamentos.

- CRIAR O SISTEMA MUNICIPAL DE AUDITORIAS ABERTAS:

Em conformidade com os Planos de Ação de Governo Aberto brasileiro, especialmente no campo da Contabilidade Pública, as auditorias abertas serão convocações periódicas, com inscrições segundo os parâmetros dos Planos de Ação de Governo Aberto.

DIMENSÃO 4 - COMUNICAÇÃO INTERINSTITUCIONAL EFICIENTE

- ADEQUAÇÃO DE UM SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI) PARA O MUNICÍPIO:

A criação do SEI, ou adesão a um SEI que atenda às necessidades da gestão municipal, derivada da iniciativa digital, conduz a uma eficiência da resposta do fluxo de demandas do município e melhora a capacidade de controle social da burocracia, respeitadas as restrições previstas pela LGPD. Criar gatilhos para o estabelecimento de prazos e metas para o andamento e finalização de cada processo interno, melhorando a gestão como um todo.

- ASSEGURAR O NÍVEL PROCESSUAL EM DADOS ABERTOS PARA TODOS OS PORTAIS:

Todos os órgãos da Administração Pública construirão o seu Plano de Dados Abertos (PDA), e serão monitorados para ficarem sempre em dia com os seus compromissos e metas estabelecidos. Todos os dados já publicados serão mantidos atualizados de acordo com a periodicidade estipulada no respectivo PDA, observando-se os critérios internacionais de Dados Abertos. O órgão promoverá periodicamente ações de capacitação para seus servidores nas competências necessárias aos projetos de Dados Abertos. Os eventuais problemas detectados nos dados disponibilizados e comunicados pelos cidadãos serão prontamente corrigidos. Os órgãos definirão todas as estratégias para manter um investimento contínuo nos dados (abertura, utilização e uso), respeitando-se a LGPD.

- NOVO PLANO DE COMUNICAÇÃO ATIVA DA GESTÃO FINANCEIRA:

Esse plano conterà os seguintes Dados Abertos Descentralizados: informações do SIAFI/SIAFEM, saídas orçamentárias e financeiras, gastos empenhados, pagamentos

executados, dados enviados à Secretaria do Tesouro Nacional, captações de recursos via Convênios, Informações Tributárias, Dados Fiscais atualizados, Execuções Orçamentárias (infográficos), Transferências Legais de Recursos, Posições Financeiras, Balanços Patrimoniais, Plano de Contas, Arrecadações de Impostos e Taxas, Rubricas em Execução do PPA, Novas Dotações Orçamentárias (eventuais), Programação de Fluxo de Caixa, Despesas e Desembolsos semanais, Incrementos de renda ou patrimoniais, ofertando aos cidadãos informações claras em linguagem que todos possam entender.

- INSTITUIR O FÓRUM DE DIÁLOGO CONCILIAÇÃO INTERINSTITUCIONAL:

Em função da compreensão das relações por vezes conflituosas entre as instituições municipais, criar uma instância transparente e preventiva de conflitos entre poderes, evitando ações judiciais e desperdício de dinheiro público. Esse fórum poderá ser composto por membros do Judiciário, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil e defensorias públicas.

- REESTRUTURAR O PROGRAMA “UBERLÂNDIA SEM PAPEL”:

Os Órgãos Municipais afins coordenarão estudos para a ampliação da eliminação de trâmites de documentos e impressões de papéis. O objetivo é desburocratizar e melhorar a gestão pública municipal e todos os documentos seguirão sua tramitação pelo sistema de gestão da Prefeitura. Os processos iniciados em papel seguirão sua tramitação normal/atual até o arquivamento. Além disso, diminuir custos de impressão e transporte de documentos. Para tanto, se fará necessária a devida capacitação dos usuários. 00

DIMENSÃO 5 - COMUNICAÇÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA

- REALIZAR WEBINARS e LIVES DE GABINETE ABERTO:

Viabilizar tecnicamente a infraestrutura e plataformas para o “Programa Gabinete Aberto” para eventos entre o prefeito e a população por meio de novas tecnologias digitais.

- MODERNIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Tornar as mídias sociais da Prefeitura (Facebook, X (antigo Twitter), Instagram, etc.), efetivamente informativas, tanto das ações dos órgãos municipais quanto dos direitos dos cidadãos, prezando pela impessoalidade da comunicação e, com isso, diminuindo o caráter personalíssimo, publicitário e eleitoreiro das mesmas.

- AMPLIAR E MODERNIZAR O SISTEMA DE ALERTA POR SMS PARA OCORRÊNCIAS E INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS:

O uso disseminado de smartphones propicia uma comunicação rápida e precisa do

poder público com o cidadão. Através desse sistema é possível uma ação rápida do poder público para situações e locais de risco e informar a população de seus direitos e serviços disponíveis, muitas vezes inutilizados por desconhecimento e omissão do poder público.

- MANUALIZAR E PUBLICAR AS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO ABERTO:

Publicar anualmente no site e compartilhar via e-mail e demais redes sociais, o E-book de Governo Aberto Municipal, contendo os dados, avanços, retrocessos e um balanço geral da implementação do Plano Municipal de Governo Aberto e do Programa Estratégico de Desenvolvimento e Sustentabilidade para Uberlândia.

EIXO 2 – ECONOMIA

Desenvolvimento econômico para todos, Inovação, Trabalho, Sustentabilidade e Ciência. (inserir o ODS 12)



Diretrizes para uma Economia Inteligente

Preocupações

Ao mesmo tempo que sustenta um índice de desenvolvimento humano razoável, Uberlândia possui um alto índice de desigualdade (GINI 0,5122) que se confirma com uma massa salarial mensal média muito baixa (0,90 do salário mínimo). Isto nos leva a concluir que os empregos disponíveis são de pouca qualificação e de precária continuidade, prejudicando o planejamento das famílias e retirando o seu potencial de consumo. Mesmo no setor de serviços, responsável pela maior parte do PIB Bruto do Município e da empregabilidade, é baixa a sua valorização, demonstrando um potencial inexplorado e pouco diversificado. A indústria local e o agronegócio possuem importância, mas são insuficientes para ancorarem por si só um modelo de geração de riqueza e renda necessário para a sociedade no presente e no futuro.

Observa-se, paralelamente, no manejo das finanças públicas uma insistente superestimação das receitas que não corresponde a uma efetiva execução orçamentária. Isso prejudica a transparência e a confiança e gera uma expectativa irreal sobre as possibilidades de investimento público e melhoria dos serviços.

Por fim, o desenho tributário do município é antiquado e regressivo, posto que desperdiça o potencial de receitas latentes. Isso ocorre, entre outros motivos, pela

existência de transferências federativas constitucionais para nossa Cidade.

Mas com o advento da Reforma Tributária aprovada pelo Congresso Nacional em 2023 e em processo de regulamentação e implantação, temos que nos adequar e estar preparados para novos desafios.

É necessária

Uma mentalidade nova de desenvolvimento econômico para nossa cidade, semeando uma transição cultural, social e econômica, tendo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e suas metas como norte permanente.

Se é verdade que o atual modelo local nos oferece uma base que sustenta o cotidiano, é urgente pensar tanto na recuperação da economia, quanto no crescimento e desenvolvimento que o futuro nos impõe, atuando, no que couber à Prefeitura, como vetor para esse horizonte.

Por essa razão, propomos quatro agendas que uma cidade pode adotar para potencializar e diversificar sua economia de modo que ela se torne mais forte diante dos desafios do futuro.

- **Economia Circular**, que estimula a reciclagem, o reuso, a compostagem e a logística reversa;

- **Economia Verde**, que estimula processos produtivos de baixo carbono, reorganiza e potencializa a circularidade de recursos;

- **Economia Criativa**, que tem na qualificação da força de trabalho físico e intelectual como metodologia básica para a criação ou transformação do potencial produtivo. As áreas básicas abrangem o consumo, as mídias, a cultura e a tecnologia.

- **Economia do Conhecimento**, que aproveita o potencial científico da cidade através das Instituições de Ensino e Pesquisa que possibilitam, permanentemente, a inovação e a agregação de valor à força de trabalho e à produção.

Nossa meta

Reduzir as desigualdades, mantendo as contas públicas equilibradas, paralelamente à transição ecológica e digital, diversificando o nosso potencial produtivo e agregação de valores.

A tributação do município precisa ser adequada à geração de receitas realistas, a partir do recorte de renda e riqueza, promovendo o custeio da operação de uma Uberlândia mais justa.

Dentro desse paradigma, é necessário estabelecer uma criteriosa legislação sobre responsabilidade dos restos a pagar e despesas de exercícios anteriores e eliminar a dependência das receitas de capital como algo fundamental.

DIMENSÃO 1 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA TODOS

- REFORMULAR A POLÍTICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL:

Hoje existe um documento contendo as Políticas Públicas setoriais do Município, elaborado e aprovado para vigência no prazo de 2022 a 2025; o mesmo, porém, encontra-se esquecido pela atual administração municipal. Esse documento deverá ser revisto, incorporando Diretrizes e Bases sobre o futuro Desenvolvimento Econômico de Uberlândia com viés de pleno emprego, respeito aos parâmetros da sustentabilidade ambiental e diversificação de metodologias para o incremento de potenciais produtivos na cidade.

- CRIAR UM ESCRITÓRIO DE PROJETOS E NEGÓCIOS:

Criar um “Escritório de Projetos e Negócios”, com equipe multidisciplinar capaz de apoiar os empreendedores na pesquisa de instalações, parcerias de negócio e oportunidades de investimento, bem como, ainda, realizar interlocução com órgãos públicos, bem como a realização de pesquisa e desenvolvimento, prospecção e captação de recursos estaduais, federais e/ou internacionais ou mesmo aqueles via convênios e parcerias junto à iniciativa privada, fornecendo informações necessárias.

- SIMPLIFICAÇÃO DE NEGÓCIOS:

Atualizar a legislação de posturas, sanitárias, edificações e tributária, garantindo a observância da Lei de Liberdade Econômica - LLE (Lei n.º 13.874, de 20 de setembro de 2019, a saber (I) liberdade como garantia do exercício de atividades econômicas; II) boa-fé do particular perante o poder público, ou seja, presume-se que tudo que é declarado pelo cidadão ao Estado seja verdade, podendo ser confirmado mediante fiscalização posterior; III) intervenção subsidiária do Estado sobre a atividade econômica, isto é, a regra geral sobre o intervencionismo estatal passa a ser a de exceção; IV) reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado).

- AMPLIAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL:

Em parceria com o Governo Estadual, identificar áreas ociosas existentes no Distrito Industrial, implementando ações para suas ocupações e, se necessário, buscar novas áreas para a sua ampliação, em atendimento a novos investimentos industriais.

- INCENTIVOS À FORMALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS

Implementar uma política educativa de formalização de novos negócios com o objetivo de superar a informalidade e a ocupação irregular de espaços públicos, promovendo a igualdade de condições entre os comerciantes.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO PROCESSUAL:

Garantir a implantação do Programa Municipal de Desburocratização e Informatização na cidade, eliminando entraves processuais e simplificando os procedimentos para abertura de novas empresas, negócios e arranjos econômicos no campo e na cidade, não se restringindo à emissão do CNPJ (hoje já facilitada), mas ao conjunto dos alvarás, bem como rever o grau de risco de atividades econômicas, o mapeamento de processos, a implementação de alvarás com prazo indeterminado (exceto para atividades de alto risco), a definição de itens a serem vistoriados, e a integração de sistemas necessários ao pleno funcionamento das atividades econômicas.

- PROCESSOS DIGITAIS PARA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS:

Aprimorar o modelo tributário municipal, transformando seus processos e procedimentos com modernas estruturas informatizadas, criando maior atratividade local, mas sem esquecer que uma parcela significativa da sociedade não tem conhecimento e nem acesso aos meios digitais para obtenção destes serviços.

Para tanto, será necessário implementar a oferta e acesso a toda população dos serviços públicos digitais do Município nos Centros de Referência de Assistência Social, instalados em todos os setores do Município.

- PROPOR UMA REFORMA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL:

Com um arcabouço jurídico antiquado, Uberlândia possui um sistema tributário injusto, prejudicando o potencial de arrecadação. O objetivo desta reforma será a simplificação dos processos de arrecadação tributária, bem como implementação de um Programa de Benefícios Fiscais (ITU/IPTU/ITBI) para atração de novas empresas.

- PROGRAMA DE CONFORMIDADE FISCAL:

Implementar um Programa de Conformidade Fiscal Tributária, que consiste na adesão voluntária que visa garantir o cumprimento das obrigações tributárias por meio da cooperação entre fisco x contribuinte

- PROGRAMA DE RECADASTRAMENTO VOLUNTÁRIO:

Implementar o Programa de Recadastramento Voluntário para contribuintes do

IPTU: o contribuinte que atualizar áreas e características dos imóveis de sua propriedade usufruirá de desconto aplicado ao incremento do imposto. Parte constitutiva dessa ação será a avaliação do imóvel pelo valor declarado pelo contribuinte que será uma das variáveis utilizadas para cálculo do valor venal, a ser estabelecido por Comissão com representantes dos contribuintes, através de Decreto do Executivo, nos termos da EC 132/2023.

- IMPLANTAÇÃO DE UMA LEGISLAÇÃO PERMANENTE DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS COM O MUNICÍPIO:

Instituir um Programa de Recuperação Fiscal perene e renegociação de débitos de qualquer natureza dos contribuintes para com o Município, visando manter a adimplência dos contribuintes, a redução das inscrições em dívida ativa e conseqüentemente as cobranças via Cartório de Protesto. Paralelamente, implementaremos uma Política de incentivo aos contribuintes que mantêm seus pagamentos em dia, pois as Legislações de Renegociações atuais privilegiam a inadimplência, bem como implementar um Núcleo de Conciliação Fiscal, com vistas a promover a conciliação entre interesses do fisco e do contribuinte.

DIMENSÃO 2 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E INOVAÇÃO

- REESTRUTURAR A GOVERNANÇA DO POLO TECNOLÓGICO MUNICIPAL:

Promover uma interação apropriada entre Centros de Formação e Ensino, Unidades de Pesquisa e atividades econômicas, respeitadas as particularidades de cada setor e os respectivos períodos de maturação, a fim de tornar Uberlândia um dos mais importantes exemplos de desenvolvimento das Tecnologias da Informação do Brasil.

Para isto será necessário coordenar e articular esforços intencionais de pessoas e instituições interessadas em concentrar na cidade uma capacitação nos setores de TI, que devem resultar na consolidação do polo tecnológico municipal com mecanismos e políticas de longo prazo, que irá transformá-lo em um centro de produção de tecnologia avançada que reúna componentes para estruturação de ideias. O polo tecnológico reunirá a indústria, o meio acadêmico e o poder público.

- IMPLANTAÇÃO DE CENTROS MUNICIPAIS DE ECONOMIA CRIATIVA:

Implementar junto aos Equipamentos Sociais de Formação Profissional do Município, em formato de Parcerias Público-Privadas (PPPs), com Instituições de ensino,

empresas privadas e a comunidade, **Centros Públicos de Economia Criativa**, para atrair, desenvolver e disseminar iniciativas econômicas com incubadoras de empresas “startups”, bem como estruturas de FAB-LAB, onde os munícipes poderão desenvolver pesquisas e trocar conhecimentos de modo colaborativo.

- **FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO**

Fomentar o empreendedorismo com criação de linhas de crédito, em parceria com Instituições Financeiras, garantidas por Fundo para o Empreendedorismo a ser criado pelo Município.

- **CRIAÇÃO DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE FOMENTO À CIÊNCIA, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE.**

Acoplado à Agência deve-se criar um Fundo Municipal de Fomento à Inovação Tecnológica e Científica, financiando pesquisas de interesse do município em diversas áreas (meio ambiente, agronegócios, indústria, saúde, saneamento, educação e cultura) a serem realizadas pelos Programas de Pós-Graduação das Instituições de ensino local através de programas de bolsas para jovens estudantes vinculados a essas pesquisas.

- **FOMENTO A UMA POLÍTICA DE “HUBs” DE INOVAÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR:**

Com o objetivo de desenvolver projetos em economia circular, será fomentada uma política de “hubs de inovação” que conecte e permita a interatividade entre empreendedores, investidores e parceiros e o intercâmbio de inovação, visando à geração de novos negócios e postos de trabalho. Com isso, se promoverá uma sociedade mais sustentável, de economia circular (não-linear), para a qual a inovação e a tecnologia serão pilares para todos os segmentos econômicos envolvidos nessa perspectiva.

- **INTERNACIONALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO:**

Historicamente, a internacionalização de cidades carrega valores estratégicos como paz, cultura e sustentabilidade, mas, recentemente, esse processo também está vinculado a uma ideia de que a cidade é apenas exportadora de *commodities*. Precisamos superar a caracterização de que Uberlândia seria vocacionada somente ao Turismo de Negócios e sua posição geográfica estratégica no contexto econômico nacional seria a razão para isso. Temos que fomentar a participação da cidade em feiras e eventos globais da indústria, comércio e serviços, com o objetivo de difundir nossas potencialidades no cenário nacional e internacional.

- INSTALAR ANTENAS DE INTERNET PADRÃO “GOOGLE STATION” e REGULAÇÃO PREPARATÓRIA 5G:

Instalar Pontos de Internet Banda Larga Livres, no padrão Google Station, em locais de fácil acesso na cidade e distritos para uso da população, com uso regulado quanto ao acesso de conteúdos inadequados/impróprios. Deve-se também legislar sobre a inserção dos equipamentos 5G nos serviços públicos, prioritariamente em suas múltiplas possibilidades - mobilidade, saúde e segurança em primeiros planos, aproveitando o sistema de iluminação pública de Led, transformando-a em sistema inteligente Plug & Play, permitindo instalações de câmeras, sensores, internet e outros itens tecnológicos.

DIMENSÃO 3 - SUSTENTABILIDADE

- PROGRAMA MUNICIPAL IPTU - VERDE:

O IPTU Verde será um programa de incentivo a empreendimentos imobiliários residenciais, comerciais ou institucionais a realizarem e contemplarem ações e práticas de sustentabilidade em suas construções como, por exemplo, a gestão de resíduos, a redução do consumo de água, energia elétrica renovável, coleta de águas pluviais, dentre outros, proporcionando descontos por item que podem variar de 1% a 5%, com um teto de até 20% da tarifa do IPTU do imóvel.

- INTRODUÇÃO DO BIO - ASFALTO ECOLÓGICO:

Incentivar o uso de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil ou do asfalto-borracha, também chamado asfalto ecológico, em obras e serviços de asfaltamento, pavimentação e recapeamento nas vias, estradas vicinais e logradouros no município.

- FOMENTAR E FORTALECER O COOPERATIVISMO LOCAL:

Seguindo as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aumentar a capacidade de processamento das cooperativas e associações de reciclagem, com incentivos para o aumento do potencial da coleta seletiva, promovendo a circularidade da economia, atingindo assim o máximo de cobertura da coleta seletiva.

- REESTRUTURAR E AMPLIAR O NÚMERO DE ECOPONTOS NO MUNICÍPIO:

Reestruturar os ecopontos existentes, transformando-os em Ilhas de Sustentabilidade, atendendo a todas as necessidades de descartes dos cidadãos, incluindo o recebimento de resíduos da construção civil, massa verde, embalagens de medicamentos humanos e veterinários, óleos de cozinha e automotores, pilhas e baterias usadas,

lâmpadas, entre outros, dando destinação correta dentro dos princípios da logística reversa e sustentabilidade, gerando trabalho e renda.

Também teremos uma política de incentivo à instalação de várias cadeias produtivas a partir desses resíduos, com objetivos de eliminá-los, diminuir a poluição, manter produtos e materiais em ciclos de uso e regenerar sistemas naturais.

DIMENSÃO 4 - GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

- IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO E ATENDIMENTO AO TRABALHADOR:

Terá como foco a capacitação e profissionalização de trabalhadores informais através do incentivo à formalização das atividades de MEIs, em parceria com outras instituições, promovendo suporte ao empreendedor local por meio de cursos de formação e profissionalização. Fomentar a cooperação entre os sindicatos, órgãos e instituições do mundo do trabalho (IEs, SEBRAE, SESC, FIEMG, CDL, ACIUB, UNEDI, entre outros), mantendo o diálogo e a cooperação permanente para o direcionamento de potencialidades de empregabilidade articulada com o empreendedorismo.

- SALAS DOS EMPREENDEDORES

Criar espaços públicos que forneçam serviços para os trabalhadores formais e os microempreendedores. Trata-se da unificação da Sala Mineira, difundida SEBRAE/MG, que deve ser parceiro nessa ação, com SINE, e outros serviços públicos, devendo ser instalados em regiões estratégicas do município.

- PROGRAMA “AGENTE MUNICIPAL JOVEM”:

Criar possibilidades mais significativas de intervenção da juventude na gestão do município. Fomentar a participação dos munícipes jovens nas diversas atividades e serviços públicos nos quais os mesmos possam cooperar através de programas de estágios supervisionados.

- CRIAR UM SISTEMA PERMANENTE DE PARCERIAS COM SESI-SENAI, SESC-SENAC, SENAR, SENAT, SEBRAE, ENTRE OUTROS:

Realizar um processo programado de Articulação de Parcerias Intersetoriais, oferecendo mais oportunidades e cursos para a capacitação de jovens, adultos, pessoas com deficiência e demais profissionais, fortalecendo sua preparação para o mercado de trabalho.

- FOMENTO À CRIAÇÃO DE NOVOS ARRANJOS ECONÔMICOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS LOCAIS:

Criação de uma nova plataforma para comercialização de produtos hortifrutigranjeiros de produtores locais, com o município captando o excedente de produtos da época e destinando-os aos equipamentos públicos, que demandam alimentação saudável e de qualidade para os seus assistidos.

- REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE RESTAURANTE POPULAR:

Visando reduzir a insegurança alimentar da população mais vulnerável, realizaremos estudos para a implantação de restaurante(s) popular(es) nas áreas de maior abrangência de trabalhadores.

- REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTOMECANIZAÇÃO:

Reestruturar o serviço de motomecanização com foco no atendimento aos produtores locais através da manutenção adequada das estradas vicinais, conectando da casa às escolas e à cidade, com máquinas, equipamentos e tecnologias adequadas, bem como os serviços ofertados aos produtores rurais.

- FOMENTO AOS PRODUTORES LOCAIS

Planejar e fomentar a produção e a comercialização de produtos locais, valorizando a economia da cidade e da região, com novas oportunidades de negócios entre produtores e comerciantes nos seus processos diários de produção.

- IMPLEMENTAR ESTUDOS PARA A INSTALAÇÃO DO MODELO “ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA-EFA”:

São notórios o envelhecimento, o êxodo e a conseqüente diminuição da força de trabalho nas áreas rurais, são os pequenos produtores que contribuem com grande parte da alimentação dos brasileiros. O sistema de ensino EFA institui cursos regulares com cinco anos, nível fundamental, e pré-qualificação profissional voltados à formação de força de trabalho, em que o aluno fica quinze dias na escola para a formação regular e profissional e outros quinze dias com a família para a aplicação dos conhecimentos adquiridos. Isso incentivará a permanência no campo e reprodução do modelo de produção familiar agrícola.

EIXO 3 – CIDADE SUSTENTÁVEL

URBANISMO. INFRAESTRUTURA. HABITAÇÃO.

MOBILIDADE. OBRAS. MEIO AMBIENTE.



Diretrizes para uma cidade acolhedora e sustentável

Preocupações

Uberlândia ainda pauta seu desenvolvimento territorial por princípios antiquados de planejamento urbano. Entre seus problemas, se destaca o crescimento periférico, localizando populações de menor renda cada vez mais distantes dos serviços públicos e dos empregos. Além disso, esse modelo de expansão ocasiona prejuízos para os cofres públicos, uma vez que o município tem que arcar com a implantação e manutenção das infraestruturas necessárias, encarecendo o custo de vida da população.

Um segundo problema é a continuidade da tradicional política viária que privilegia o deslocamento da população por meio de modos de transporte individuais e motorizados, em detrimento de uma mobilidade sustentável, via transporte público de qualidade e modos não-motorizados, ou que utilizem fontes energéticas alternativas.

Preocupa também a desatenção com a qualidade do espaço urbano da cidade, sobretudo a desvalorização de espaços públicos e das edificações históricas, a má qualidade das calçadas, a insuficiente e inadequada arborização e a falta de segurança que os espaços públicos oferecem, assim como a pequena infraestrutura ofertada aos usuários de bicicletas (ainda que esta esteja em expansão, mas sem o estímulo à sua utilização).

É necessário

Um novo planejamento urbano da cidade de Uberlândia pautado pela sinergia entre o desenvolvimento econômico, a justiça social e a preservação do meio físico. Se, de um lado, não se pode frear a expansão imobiliária, por outro, ela deve ser feita de modo a contribuir para a construção de um sistema urbano mais eficiente e justo do ponto de vista econômico e social.

Nossa meta

Reestruturar o desenvolvimento físico-territorial de Uberlândia, a partir de cinco níveis: regional, municipal, urbano, de vizinhança e pedestre. Em todos esses níveis, os mesmos princípios estão presentes (sustentabilidade, justiça social e desenvolvimento econômico), alinhando Uberlândia com as melhores práticas e princípios urbanísticos.

Regional: fortalecer a relação de Uberlândia com os municípios vizinhos, aumentando o nível de cooperação entre eles.

Municipal: aumentar a integração entre a cidade de Uberlândia, seus distritos e zona rural, principalmente pela valorização do potencial sociocultural, econômico e ambiental de tais localidades e a melhoria na acessibilidade às mesmas.

Urbano: estruturar a cidade a partir de uma visão sistêmica, que entenda a área urbana em redes diversas (de infraestrutura, de espaços verdes, de subcentros, de serviços públicos, de bacias hidrográficas etc). A partir dessa concepção, o foco é combater o crescimento desordenado e a desigualdade como seus serviços são distribuídos às diferentes camadas da população.

A proposta é, então, minimizar os problemas decorrentes do processo de dispersão espacial da cidade por meio do fortalecimento dos centros de bairros (subcentros) existentes ou em formação em Uberlândia. Esse caminho permite trazer para perto da população os serviços e oportunidades que hoje só se encontram nas áreas mais centrais da cidade.

Bairros e vizinhanças: consolidar a noção de que Uberlândia é composta por 'pequenas cidades'. Em cada região deve existir um subcentro onde a população encontre todos os serviços públicos, oportunidades de emprego, infraestrutura de lazer e cultura, reduzindo a necessidade de grandes deslocamentos. Ao mesmo tempo, é fundamental que o Sistema Integrado de Transporte (SIT) facilite os deslocamentos entre os subcentros.

Pedestre: construir uma cidade caminhável, segura e acessível para que a população possa ter prazer em experimentar os espaços públicos e a paisagem urbana existente, reduzindo o uso de veículos, o número de acidentes, melhorando a saúde da população e diversificando as possibilidades de locomoção.

DIMENSÃO 1 – URBANISMO

- REVISÃO DO PLANO DIRETOR:

Essa revisão que se encontra em discussão e deverá se alinhar com a política federal expressa no Estatuto da Cidade, no Plano Nacional de Mobilidade Urbana e demais leis e orientações/agendas internacionais mencionadas (especialmente UN-HABITAT 2013 e 2015).

- CRIAÇÃO DA MICRORREGIÃO (OU AGLOMERAÇÃO URBANA) DE UBERLÂNDIA E ARAGUARI:

Arranjo administrativo submetropolitano, previsto na CF, de modo a organizar a relação regional entre a cidade e municípios vizinhos mineiros integrados a ela (o IBGE já delimitou uma microrregião para Uberlândia, mas ela não é oficial, apenas para fins estatísticos e de pesquisa). Começaremos pela integração Uberlândia/Araguari.

- INSTITUIR A POLÍTICA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DESCENTRALIZADOS:

Descentralização da administração pública municipal, com a implantação nos diversos Equipamentos Sociais do Município de uma plataforma de atendimento, contendo todos os serviços públicos prestados pelo Centro Administrativo, reduzindo a necessidade de se deslocar até o mesmo.

- CRIAÇÃO DA REDE DE PARQUES URBANOS e “POCKET PARKS”:

Tornar os parques públicos mais acessíveis a todos, além de interligá-los por **corredores verdes** a partir das redes de drenagem.

Mapear lotes públicos e privados para o planejamento de “pocket parks” para capilarização de ambientes verdes.

- CRIAÇÃO DE “PARKCÃO”:

Criação de projeto piloto de “ParkCão” - Centro de Recreação e Bem-Estar Canino, em espaços públicos e infraestrutura adequados, proporcionando condições de lazer e convivência entre humanos e seus pets, além de interação social entre os tutores.

- FORMALIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE SUBCENTROS URBANOS:

Fortalecimento dos **subcentros** consolidados e incentivo àqueles em processo de amadurecimento, por meio da instalação de equipamentos públicos, áreas verdes de qualidade e fomento de empreendimentos geradores de emprego e dinamização econômica.

- POLÍTICA DE ADENSAMENTO POPULACIONAL:

Adensamento populacional dos corredores de transporte coletivo e das áreas centrais da cidade (zona central e subcentros) como estratégia de redução das distâncias entre as áreas residenciais e a localização dos serviços, empregos e demais atividades de interesse público.

- UBERLÂNDIA EM 15 MINUTOS:

Toda essa sistemática - subcentros, adensamento, corredores de transporte de massa - deve ser pensada de modo a aproximar pessoas e os serviços e atividades que na maior parte do tempo elas necessitam em suas rotinas diárias, tendo como meta caminhadas máximas de 15 minutos para equipamentos e serviços diários, 15 minutos de bicicleta para equipamentos maiores, como parques e UAI's, ou ainda 15 minutos em transporte público para equipamentos maiores (como grandes espaços de trabalho e de comércio, hospitais e universidades).

- MONITORAMENTO GEORREFERENCIADO DE EXPANSÃO URBANA:

Criação de sistema de **monitoramento georreferenciado** da expansão urbana, ocupações irregulares, bem como a criação do Instituto Municipal de Desenvolvimento Urbano, com estrutura mista (sociedade civil e setor público), no qual sejam realizadas as atividades de pesquisa e planejamento urbano, bem como apreciação e aprovação de novos projetos de parcelamento de solo.

DIMENSÃO 2 – INFRAESTRUTURA

- PADRONIZAÇÃO DE CALÇADAS:

Aprimoramento da legislação sobre as calçadas no sentido de estabelecer padrões de projeto diferenciados por loteamento, bairro e zonas da cidade, garantindo também acessibilidade e ergonomia aos seus usuários e valorização da paisagem construída, respeitando as particularidades de cada bairro ou setor da cidade, com a participação da população local na definição dos padrões construtivos.

- PRIORIZAR O INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA VERDE:

Fomentar o emprego de **infraestrutura verde** na cidade, com especial ênfase na melhoria do microclima urbano (arborização adequada, aumento da quantidade de áreas vegetadas) e na qualidade visual da paisagem urbana construída.

- MUDANÇA DA MATRIZ ENERGÉTICA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA:

Criar programa de transição da presente rede de iluminação pública, bem como de todos equipamentos públicos, tais como: saúde, educação e assistência social, por um sistema alimentado hibridamente (energia fotovoltaica e elétrica convencional).

- RUAS PARAS AS PESSOAS (DIREITO ÀS RUAS):

Mudar a tradição de considerar as ruas locais como espaços para os veículos, criando legislação mais flexível e que incentive e direcione os futuros empreendimentos (ou mesmo modifique as situações existentes) para tornar as vias locais espaços preferenciais para o uso e a permanência das pessoas;

Construir uma cidade onde as calçadas, as ruas, praças e parques sejam respeitosos e que busquem a garantia de conforto e segurança para todos.

- RESGATAR OS PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL:

A partir de projetos já existentes (um do poder público e outro da iniciativa privada), reavaliá-los com a participação da sociedade civil, visando à revitalização da área central. Conseqüentemente haverá abertura de espaços para estabelecimento de calçadas mais largas, melhor arborização, mobiliário urbano mais adequado, melhor acessibilidade, calçadas, vias compartilhadas e soluções semelhantes.

DIMENSÃO 3 – HABITAÇÃO

- POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:

Criação de programas habitacionais voltados para a provisão de **habitação social** (seja por financiamento ou por aluguel social) na **zona central da cidade e nos subcentros** de bairros, primando pela diversificação tipológica e social das áreas onde se implantarão novas unidades habitacionais de interesse social.

Promover a regularização fundiária de ocupações irregulares de áreas públicas através de regulamentação própria e de acordo com as características das ocupações já consolidadas e em consonância, no que couber, com o Estatuto das Cidades.

Com relação aos loteamentos irregulares no município, em parceria com o Ministério Público, revisaremos a legislação existente, com foco na sua simplificação e em consonância com legislação federal, para que seja possível sua regularização.

Manter atualizado permanentemente o cadastro de inscritos para os programas de habitação de interesse social desenvolvidos em parceria com o Governo Federal, bem como manter a legislação municipal atualizada para facilitar a implantação de novos empreendimentos.

- APRIMORAR A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA PARA O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO:

Aprimorar a legislação municipal, compatibilizando-a com a legislação federal, visando mitigar impactos negativos na paisagem urbana, melhorar a mobilidade e preservar o meio ambiente.

- APRIMORAR O CÓDIGO MUNICIPAL DE OBRAS:

Flexibilizar processo de aprovação, construção e habite-se, de modo a dar mais liberdade de ocupação dos lotes urbanos, respeitando, evidentemente, os índices urbanísticos mínimos que impactam a qualidade do sistema urbano e o entorno imediato da habitação, de acordo com as características geográficas e econômicas dos diversos setores do município.

DIMENSÃO 4 - MOBILIDADE

- CRIAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DE UBERLÂNDIA:

Para salvaguardar a cidade de obras de mobilidade eleitoreiras e pensar nas reais necessidades do fluxo, é necessário criar um plano de mobilidade integrado com o desenvolvimento urbano.

Criação de plano de transição para um sistema de mobilidade urbana que priorize os modais de transporte coletivos sobre os individuais, os não-motorizados sobre os motorizados e os combustíveis limpos sobre os poluentes e a inserção de novas tecnologias de sincronização e automação. Ainda, propõe-se integrar ao SIT os demais modos de transportes utilizados pela população, como a bicicleta e os veículos individuais.

- ESTUDO DE FINANCIAMENTO PARA UMA TARIFA INTELIGENTE E BARATA:

De acordo com a Constituição Federal, o transporte público é um direito social. Nesse sentido, uma cidade para todos implica uma efetiva integralidade da vida urbana e um transporte público acessível.

Para tanto, é necessário auditar a tarifa para verificação real do custo da passagem, e dos mecanismos de obsolescência através de monitoramento tecnológico, na direção de diminuir o preço da passagem para o cidadão como primeira providência do novo governo em relação ao transporte público.

O fundamental será realizar estudos para a adoção de gratuidade em linhas estratégicas de acordo com o fluxo, a densidade demográfica e a realidade sócio-econômica dos usuários, como processo gradual de transição à tarifa zero, em um contexto de financiamento do transporte público por um modelo não-tarifário.

- EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SIT:

Implantação de corredores e terminais previstos e criação de um plano de expansão do sistema, incluindo sua migração, conforme a evolução de cada modal de transporte, também elaborar estudos para a implantação do sistema de **veículo leve sobre trilhos (VLT)** e/ou **metrô**.

- FLEXIBILIZAR A CAPACIDADE DE INTEGRAÇÃO DO SIT:

Levar também para fora dos corredores e terminais a possibilidade de utilizar um único ticket em mais de um trecho do percurso do cidadão através da integração temporal, em detrimento da integração física em terminais e plataformas dos corredores, bem como ampliar o horário de funcionamento do transporte público, no período noturno, visando um melhor atendimento a consumidores e trabalhadores em geral, alteração particularmente importante para a região central e retorno aos seus lares.

- GARAGENS PÚBLICAS ESTRATÉGICAS:

Implantação de **garagens públicas** (utilizadas mediante tarifas, podendo ser inclusive conjugadas com algum equipamento urbano, como é o caso do terminal central) para remover das vias de maior afluxo da população (na zona central e nos subcentros) parte considerável das vagas de estacionamento para automóveis, motocicletas e bicicletas.

- PLANO DE TRANSIÇÃO TECNOLÓGICA DOS ÔNIBUS:

Fomentar a troca da frota atual, velha e sucateada, por ônibus com acessibilidade e ecológicos, movidos por motores elétricos de base híbrida, dimensionados adequadamente para a quantidade de usuários, bem como para o fluxo dentro do viário municipal, e equipados com pontos USB, WI-FI, tomadas e aparelhos de ar-condicionado.

DIMENSÃO 5 – OBRAS

- CONCURSO PÚBLICO DE PROJETOS:

Criação de política para priorizar a realização de **concurso público para elaboração de projeto arquitetônico** para obras públicas municipais (praças, vias, parques e equipamentos públicos em geral).

- PROJETO CIDADE LIMPA:

Criação do **Projeto Cidade Limpa**, valorizando a paisagem construída e o patrimônio arquitetônico da cidade, mediante padronização da comunicação, visando a despoluição visual.

- AMPLIAR O USO DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS:

Determinar a priorização do uso de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, para a recuperação de áreas degradadas, em processos erosivos nos perímetros urbano e rural.

DIMENSÃO 6 - MEIO AMBIENTE

- INSTITUIR A POLÍTICA MUNICIPAL DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

Instituir a Política Municipal de Sustentabilidade Ambiental no âmbito da administração pública, incluindo a Agenda A3P, que é um programa do Ministério do Meio Ambiente que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade.

- REESTRUTURAR O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO-AMBIENTE:

Reestruturar o Conselho Municipal de Meio Ambiente para orientar e monitorar todas as políticas ambientais municipais, com foco no desenvolvimento econômico sustentável no campo e na cidade, nos termos da legislação existente.

- PLANO MUNICIPAL DE COLETA DE ÁGUAS:

Aprimorar o Programa Municipal de Coleta de Águas Pluviais, cuja legislação só permitirá a aprovação de novas construções acima de 500 metros quadrados para que colem e armazenem as águas das chuvas para uso em processos de limpeza e jardinagem.

Desenvolver estudos para a elaboração do Plano Diretor de Drenagem Pluvial com ênfase na recuperação das nascentes, córregos e cursos d'água, bem como a urbanização de suas margens para usos de lazer e esportes, aprimorando o "Programa Buriti Cidade"

para que se torne efetivo.

- POLÍTICA MUNICIPAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS:

Providenciar a realização do Inventário Municipal de Emissões dos Gases do Efeito Estufa e estabelecer uma Política Integrada para resiliência urbana em relação às mudanças climáticas. Estabelecer metas de redução da poluição atmosférica e monitorar a qualidade do ar, em parceria com instituições de ensino e pesquisa ou PPP.

- PROGRAMA "RESÍDUO ZERO":

Medir a produção de resíduos por unidade municipal e implementar um Programa de Metas para todos os Órgãos Públicos Municipais, relativamente à coleta seletiva, reciclagem e compostagem.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE REARBORIZAÇÃO:

A partir de um censo arbóreo atualizado, criar o Programa Municipal de Rearborização com a escolha correta do tipo de árvore (espécies adequadas) para ruas, praças e avenidas, implementando um sistema de monitoramento arbóreo e um cronograma de manutenção preventiva que inclua também as espécies frutíferas.

- TELHADOS E COBERTURAS VERDES:

Normatizar sobre a utilização de telhados e coberturas verdes nas edificações construídas no território do município, reduzindo as ilhas de calor em ambientes urbanos.

- REALIZAR TODOS OS EVENTOS MUNICIPAIS PELA NORMA ISO 20121:

Em todos os órgãos municipais, seguir o modelo preconizado pelas normas ISO de Gestão Sustentável de Eventos, adotando as práticas recomendadas pelo documento de referência.

EIXO 4 - SOCIAL

Saúde Pública. Saneamento. Assistência Social.

Segurança. Igualdades



Ações para o bem-estar Social Humano e Solidário em Uberlândia

Preocupações

A preocupação central se volta para a preservação geral da saúde da população e sua segurança, itens que sempre estão em primeiro lugar nas demandas da população, mas que se agravam ainda mais nas circunstâncias atuais em relação à saúde (Covid, Dengue, Viroses, etc.) e segurança (tráfico desenfreado de drogas, latrocínios, assassinatos, furto, roubo a estabelecimentos comerciais e residências).

Nesse sentido, a baixa cobertura e efetividade da Atenção Básica nas equipes de saúde da família (modelo da UBSF, hoje com cobertura abaixo de 30% da população) tem implicações substantivas para prevenção e tratamento precoce de patologias que, se não olhadas, desaguarão nos equipamentos de saúde, acumulando custos cada vez mais elevados e propiciando a emergência de doenças crônicas.

Muito além do atendimento humanizado, o atendimento centrado na pessoa, permitirá uma boa experiência ao usuário, e garantirá menor sofrimento à nossa população. Acreditamos que a qualidade assistencial deva ser mensurada não somente em números, mas na satisfação dos cidadãos atendidos na integralidade de sua dimensão humana, através do desenho cuidadoso de fluxos e processos.

Também não há uma política de saúde mental suficiente e que responda ao que hoje é umas das maiores causas de afastamento do trabalho: a depressão. Se pensarmos na dimensão pública, a promoção da saúde mental também é economia para todas as atividades econômicas.

A violência urbana também aumenta em relação a alguns tipos de criminalidade, tanto pela falta da presença do Estado em áreas vulneráveis, quanto pela localização

geográfica que coloca Uberlândia na rota do crime organizado e pela ausência de uma política municipal de segurança pública.

E, se os indicadores de saneamento indicam um bom desempenho da cidade, as novas zonas de ocupações irregulares e os bairros periféricos não encontram tratamento adequado.

O tema da promoção de todas as igualdades (gênero, étnico-racial, classe) possui dados pobremente produzidos pelo Município, o que dificulta a definição das políticas públicas a serem propostas.

É necessário

Investir no acesso universal e na qualidade máxima dos serviços da agenda social - desde a cobertura da saúde até a transparência das outras políticas de alicerce social.

Outro ponto levantado foi a necessidade prioritária de adotarmos políticas públicas que visam fortalecer o atendimento em especialidades médicas, a fim de melhorarmos os serviços prestados à população.

No aspecto operacional, implementaremos novas metodologias e tecnologias para ZERAR a espera por atendimento. A ideia é racionalizar e integrar a rede.

Acolhemos então como processo orientador da qualificação dos serviços de saúde pública no município o estudo e a adoção das medidas necessárias para que a cidade consiga se ajustar e adequar aos PARÂMETROS DO SUS, em linha com a Portaria de Consolidação N° 1 do Ministério da Saúde e sua respectiva regulamentação dos artigos 102 e 103.

Além disso, recomenda-se que a cidade e os responsáveis pelo setor de Saúde Pública se debrucem em profundidade sobre as políticas públicas direcionadas à população idosa que é uma característica forte da cidade, bem como no campo da Saúde Mental-Emocional que será, senão o maior, um dos maiores desafios do futuro, segundo a OMS. Ambas as frentes demandam planejamento de longo prazo para serem bem-sucedidas.

Apostar em novas e mais baratas metodologias de saneamento é essencial para uma universalização eficaz e geração de saúde para a população mais carente. Entendemos o saneamento básico como elemento estratégico para o desenvolvimento e bem-estar da nossa cidade.

Prioritariamente, acolhemos o conceito de DIGNIDADE HUMANA, sabendo que ele só será efetivo se pudermos capacitar de modo constante os profissionais de Assistência Social que atuam no município.

Para vencer a desconfiança pública será preciso investir em treinamento dos agentes públicos de segurança, e priorizar a inteligência integrada e não apenas de mais aparato e equipamentos, que são essenciais, mas sozinhos não resolvem o problema social da violência. Também estamos convencidos de que o município deve legislar naquilo que lhe cabe, buscando preencher as lacunas legislativas que abrem campo para diversos pequenos delitos e transgressões.

Optamos por trabalhar com a inteligência e a prevenção. Decidimos fixar como principal estratégia no campo da Segurança Pública a necessidade prioritária de se investir em educação para a primeira infância como sendo a melhor 'estratégia anticrime' que a cidade pode escolher. E juntamente com essa escolha trabalhamos pelo aprimoramento dos princípios e dispositivos da Lei Federal Nº. 13.022 de 2014, concentrando esforços para construir um serviço público de segurança comunitária, cidadã e "popular", com a participação democrática no planejamento, fiscalização, e tomada de decisões.

É necessário o fortalecimento dos conselhos de proteção às camadas da população frequentemente discriminada. Promover um amplo debate social na direção de políticas públicas voltadas ao equacionamento das desigualdades de gênero, étnico-racial e social, sempre seguindo as melhores práticas internacionais e promovendo, dentro da própria administração, a diversidade necessária.

Nossa meta

Retomar a confiança através de um salto qualitativo dos serviços do alicerce social, apostando na eficácia das novas tecnologias e na radical transparência.

Em relação à saúde pública, o horizonte estratégico é o da efetivação do que dispõem a Constituição Federal em seu artigo 200 e a Lei 8080/90 (que criou o SUS).

Um Governo de Justiça é um também de igualdade. Queremos que, ao fim dos 4 anos de governo, as pessoas se sintam reconhecidas e acolhidas, independentemente de qualquer crivo de gênero, raça, classe, credo, etc.

Organizar a Agenda Social em uma plataforma inteligente, de fácil acesso, que automatize as rotinas e facilite tanto para o servidor quanto para o usuário-cidadão a organização do atendimento, mapeando todas as zonas de vulnerabilidade social com dados precisos para uma atuação sem desperdícios.

A nossa gestão municipal se empenhará sempre na atuação PREVENTIVA, INTELIGENTE e TRANSPARENTE.

DIMENSÃO 1 - SAÚDE

- REVISAR O PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Revisar o Plano Municipal de Saúde, buscando localizar as metas definidas e ajustando os procedimentos municipais, a fim de que sejam alcançados os objetivos definidos no referido documento.

- MODERNIZAÇÃO DAS UAIs:

O ciclo inovador que as UAIs representaram precisa ser atualizado, suas instalações humanizadas, ergonômicas, bem ventiladas e iluminadas, com atividades de educação em saúde, tempos de esperas preconizados, filas de atendimento e chamadas informadas via aplicativos, tornando-se mais resolutivo e integrado à atenção especializada, buscando a redução das filas de procedimentos cirúrgicos e exames complementares especializados, sempre com base em protocolos.

É preciso ampliar o acesso aos atendimentos dos Prontos Socorros e ao mesmo tempo oferecer as especialidades médicas com base no perfil epidemiológico da população de cada região, garantindo-se as básicas (clínica médica, ginecologia, pediatria, traumatologia e saúde bucal), sendo necessário proporcionar um acesso rápido a exames laboratoriais e de imagem vinte e quatro horas do dia para propiciar agilidade nos tratamentos.

- POLÍTICA MUNICIPAL DE PARCERIAS COM A REDE PRIVADA:

Ampliação dos procedimentos cirúrgicos especializados tais como oftalmologia, vesícula, próstata, miomas, exames complementares de média e alta complexidade, entre outros, em parceria com a rede privada, através de chamamentos públicos, visando a redução do tempo de espera.

- POLÍTICA MUNICIPAL DE ESTÁGIO NA ÁREA DA SAÚDE:

Disponibilizar os serviços de saúde do município às atividades de estágio, segundo critérios determinados quanto ao perfil, à competência e ao número de vagas, aos discentes dos dois últimos anos de formação de todas as instituições regulares de ensino na área de saúde, em atenção ao artigo 200, inciso III, da Constituição Federal e artigo 6º, inciso III, da Lei 8080/90.

- REATIVAÇÃO DO CENTRO CIRÚRGICO DO ANEXO DO HOSPITAL MUNICIPAL (ANTIGO SANTA CATARINA):

Hoje a referida unidade de saúde é subaproveitada apenas para internações clínicas. Reativaremos o centro cirúrgico existente para procedimentos cirúrgicos de menor complexidade, além disso o mesmo será habilitado para o atendimento urológico.

- CRIAÇÃO DE CENTRO ESPECIALIZADO EM TRATAMENTOS PALIATIVOS:

Criação de um centro especializado em pacientes paliativos, evitando que pacientes fragilizados peregrinem por serviços não especializados, restituindo conforto e dignidade para os que necessitam de cuidados especiais, o que além de otimizar o uso recursos escassos, desafoga e garantir adequado fluxo dos outros serviços em rede da nossa cidade.

- REESTRUTURAÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS (CEO):

Reestruturação do CEO de acordo com a Política Nacional de Especialidades de Saúde Bucal, mediante adequação do espaço físico, equipamentos e dimensionamento de recursos humanos conforme as necessidades de atendimento à população.

- ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DO PRONTO-SOCORRO MUNICIPAL:

Implementar estudos para criação do pronto-socorro municipal que absorva parte da demanda do Hospital das Clínicas-UFU e das UAIs. Junto a isso implementar a metodologia Lean nas Emergências para um atendimento ágil e sem filas.

- ADERIR AO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU:

O SAMU é um serviço nacionalmente testado, com boa resolutividade, razões pelas quais aderiremos ao serviço com base na legislação federal, com isso receberemos recursos federais para financiamento do serviço, e com isso incorporaremos o SIATE a esse serviço.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE SAÚDE PREVENTIVA:

Garantir a máxima cobertura de equipes em todo o Município e fortalecer as UBSFs, tornando-as mais efetivas por meio de gerenciamento digital e garantindo equipes completas, inclusive de odontologia e psicologia, melhorando-as onde existem e implementando-as nos vazios de saúde, tais como assentamentos urbanos e rurais, com a reestruturação do Programa Melhor em Casa e incluir o Programa de Atendimento Domiciliar - PAD.

Aprimorar as ações como palestras, cursos, seminários e conferências com profissionais da saúde, ministradas em UBSs, Hospitais e Escolas da rede pública

municipal, envolvendo as entidades da sociedade civil que atuam a respeito de temas atinentes. Para esse conjunto de ações haverá o devido aproveitamento de estagiários das áreas afins.

- REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE:

Reestruturação e adequação da carreira dos Agentes Comunitários de Saúde quanto ao vínculo empregatício (para adequação do custeio de todos os profissionais, pelo governo federal).

- SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

Diante do grande número de afastamentos e licenças médicas constatadas no âmbito do serviço público municipal, faz-se necessário ampliar o “Programa Municipal de Atenção à Saúde Ocupacional do Servidor”, buscando identificar as causas desse quadro.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO HUMANIZADO:

Capacitar os servidores na temática da humanização do atendimento público, ampliando as capacidades de acolhimento e diálogo e elevando os padrões de prestação do serviço público para a excelência.

- CERTIFICAÇÃO OMS - “CIDADE AMIGA DO IDOSO”:

Adotar todas as Políticas Públicas e esforços para que a cidade obtenha da OMS (Organização Mundial de Saúde), o título de “Cidade Amiga do Idoso” com compromissos do Poder Público nas áreas de Saúde, Desenvolvimento Humano, Inclusão Social, Segurança, Mobilidade Urbana e pesquisas acadêmicas, envolvendo ainda a sociedade civil. Também se deve criar o Serviço Municipal Especializado em Geriatria e Gerontologia.

- CURSOS PARA CUIDADORES DE IDOSOS:

Implementar nos centros de formação profissional do Município cursos de formação de cuidadores de idosos, tendo em vista o crescente envelhecimento da nossa população, proporcionando novas oportunidades de trabalho e renda.

- CRIAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE SAÚDE HEBIÁTRICA:

Implementar o Programa Municipal de Saúde dos Adolescentes com abordagem multidisciplinar, visando ao cuidado preventivo desse segmento da população, com foco especial na prevenção da gravidez na adolescência e de suicídios decorrentes das mais diversas formas de violência e dos vínculos com a saúde mental dessa faixa etária.

- REMÉDIO PORTA-A-PORTA:

Retomar o modelo de dispensação de medicamentos por meio de um sistema integrado e descentralizado de farmácias populares, com entrega porta-a-porta e gerenciamento digital.

Reestruturação das farmácias municipais, com sistema de informação e comissão de acompanhamento na Assistência Farmacêutica, visando readequação das medicações à lista REMUME, evitando a falta de medicamentos, melhoria na informação para os profissionais, quanto à prescrição de medicamentos padronizados pelo SUS, evitando e reduzindo a judicialização de ações contra o município.

- PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER (PAISM):

Reforçar campanhas e ações continuadas para prevenção de câncer de colo de útero e de mama, garantindo a realização regular de exames preventivos (papanicolau) e mamografia em toda a rede pública de saúde para todas as mulheres, bem como uma política de acompanhamento para mulheres no climatério (menopausa). Recomendar e implementar ações educativas contra o assédio e violência sexual.

Garantir e fiscalizar o cumprimento da legislação federal acerca dos direitos sexuais e reprodutivos sem que as mulheres sofram discriminação, revitimização e descaso.

Viabilizar a garantia dos direitos das mulheres realizarem o seu Plano de Parto, recomendação da OMS – Organização Mundial da Saúde, com a realização de todos os exames (laboratoriais e de imagem), inclusive com a vinculação ao equipamento público de saúde onde o parto será realizado, para melhoria das condições do pré-parto e pós-parto, sem violência obstétrica.

- PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM (PAISH):

O Ministério da Saúde, desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), apresenta como uma das prioridades em saúde pública a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, desenvolvida em parceria entre gestores do SUS, sociedades científicas, sociedade civil organizada, pesquisadores, acadêmicos e agências de cooperação internacional, sendo necessárias ao município a implementação, divulgação e adesão ao programa.

- DOULAS E PARTO HUMANIZADO MUNICIPAL:

Criar o Programa Municipal de Parto Humanizado, com a participação de doulas nos trabalhos de parto, inserido na rede pública municipal, que contribuirá para a diminuição

dos efeitos colaterais da “epidemia” de cesarianas. Estudar a criação de uma Casa de Parto Municipal, contendo todo o equipamento, incluído banco de leite.

- RESTABELECIMENTO E AMPLIAÇÃO DO CONSULTÓRIO DE RUA:

Procurando eliminar a privação humana crítica, assistir aos moradores de rua, capacitando os agentes para encaminhamento para outros serviços de amparo municipal.

- REESTRUTURAÇÃO DO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO (SVO):

Em 2015 foram habilitados os entes federativos ao recebimento do incentivo financeiro de custeio para a implantação e manutenção de ações e serviços, dentre eles o SVO, que estão publicados na Portaria nº 48 de 20 de janeiro de 2015. Para a sua melhoria buscaremos parceria com o Governo Estadual para reformulação dos serviços no âmbito do Município, com a criação de espaço, instalações e equipamentos e recursos humanos adequados, também buscando a melhoria na captação de órgãos aptos à doação, para o aumento dos transplantes.

- PRONTUÁRIO ELETRÔNICO-DIGITAL DA SAÚDE:

Aprimorar a informatização por completo do histórico dos pacientes, permitindo o agendamento de consultas e exames na rede municipal de saúde, por meio do PSF e as demais unidades, por telefone ou internet, vinte e quatro horas do dia, garantindo a transparência do seu agendamento e do acompanhamento dos agendamentos, com avisos quanto à consulta preventiva e vacinas, possibilitando ao usuário fazer prevenção da sua saúde.

Inclusão no Protocolo Oncológico da cor Roxa para pacientes com suspeita e/ou confirmados (CA), para monitoramento dos agendamentos, cumprindo a legislação que estabelece o prazo de 30 a 60 dias, visando tratamento precoce e humanização no atendimento.

Também é preciso incorporar a tecnologia de Certificação Digital para que os profissionais possam atuar no processamento de encaminhamentos ou procedimentos de modo sequenciado, transparente e controlado.

- APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS DE TELEMEDICINA/TELECONSULTA:

A utilização destas ferramentas é instrumento importante para redução de filas e demandas reprimidas com especialistas, para isso, será necessário aprimorar a infraestrutura de rede de dados, hardware e software das unidades de saúde, reduzindo as necessidades de novas infraestruturas físicas.

- INSTITUIR UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL:

Propor o debate de uma política de saúde mental que integre todos os órgãos municipais, repensando e ampliando o papel dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPs), que não podem ser vistos como solução única de saúde mental, além da integração com as demais unidades da rede municipal, inclusive com a criação de um centro de referência com suporte para internação temporária, quando necessário.

- ADESÃO AO PROGRAMA FARMÁCIAS VIVAS DO GOVERNO FEDERAL:

As Farmácias Vivas realizam as etapas de cultivo, coleta, processamento, armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos de plantas medicinais e fitoterápicos, que serão disponibilizados na Atenção Primária para todos os usuários do SUS.

A adesão a esse programa representará mais um reforço à atenção primária como base para a saúde pública, articulada com o Programa de Saúde da Família (PSF).

- FORTALECIMENTO EM REDE DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS:

Expandir a rede municipal de práticas integrativas, capacitando os profissionais da atenção primária à saúde para essas práticas, disponibilizando acesso à população, e se necessário, credenciar profissionais privados para o atendimento das atividades promotoras da saúde física, mental e emocional.

- POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PMSPD):

Criação de uma Política Municipal de Saúde da Pessoa com Deficiência (PMSPD), em consonância com a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (PNSPD), mediante ampliação de Centros Especializados em Reabilitação (CER) habilitados na modalidade intelectual e que também prestem igualmente atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo especialmente as escolas públicas.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE SAÚDE VETERINÁRIA:

Regulamentar o Programa Municipal de Saúde Veterinária com regras para o cadastro, adoção, posse responsável, guarda, locomoção, acesso, castração e cuidados de animais domésticos.

- CLÍNICA MUNICIPAL DE CUIDADOS VETERINÁRIOS:

Estudar a viabilidade de construir uma Unidade de Saúde Veterinária Pública Municipal, em parceria com entidades protetoras de animais e instituições de ensino que atuam no setor, para atender aos animais domésticos dos munícipes beneficiários de

programas sociais do CadÚnico, animais estes que se encontrarem em situações emergenciais e o Serviço de Resgate Emergencial no âmbito do município.

- IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS:

Pela via de Consórcios Intermunicipais e tendo como exemplo o trabalho já realizado em diversos consórcios intermunicipais de saúde, realizar compras públicas de medicamentos e demais insumos de forma compartilhada entre as consorciadas, ampliando assim a eficiência da gestão com soluções de resultados efetivos para os municípios participantes, melhorando as negociações e buscando a redução de preços e permanente disponibilidade.

- AUDITAR, REVISAR E REESTRUTURAR CONTRATOS COM OSs E PRESTADORES DE SERVIÇOS:

Reavaliar custos e finalidades dos atuais contratos e firmar novos modelos de contratos de gestão, eventualmente compartilhada com Organizações Sociais para troca de experiências nos assuntos de administração hospitalar e saúde pública, sinalizando para uma gestão de interesse público da saúde no município.

DIMENSÃO 2 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

- INSTITUIR A POLÍTICA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS:

Instituir a Política Municipal de Direitos Humanos, considerando as diretrizes contidas na Declaração Universal dos Direitos do Homem, da ONU (Organização das Nações Unidas), a fim de assegurar a observação dos Direitos Essenciais da Pessoa Humana.

- REVISAR O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Revisar o Plano Municipal de Assistência Social, ajustando-o corretamente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fazendo cumprir todos os seus dispositivos, descentralizando suas atividades e melhorando a qualidade dos serviços.

- REFORMULAR A POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR:

Reformular a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, auditando e aprimorando a distribuição de Cestas Básicas, a fim de eliminar as distorções e/ou privilégios indevidos, bem como reformular e fortalecer o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar e pequenos produtores para levar à população alimentos de qualidade e gerar trabalho e renda no campo.

- REFORMULAR A POLÍTICA MUNICIPAL DE JUVENTUDE:

Reformular a Política Municipal de Juventude com sete frentes prioritárias: a) atendimento a carências básicas de jovens em famílias vulneráveis, b) programas de saúde voltados ao público jovem (prevenção de ISTs), c) atendimento psicológico para aspectos emocionais e comportamentais, d) bolsas de estudo universitário, e) cursos profissionalizantes em parceria com SESI-SENAI, SENAC e SESC, e outros, f) formação cultural para desenvolvimento de senso crítico, consumo de bens culturais e expressão cultural própria, g) ações de esportes e lazer.

- PROJETO JOVEM.COM:

O Programa Jovem.Com tem como meta promover a inclusão social de jovens a partir da inclusão digital. O programa é dividido em duas dimensões.

O Jovem.Com – Cultural Digital, que atende às comunidades com acesso livre à internet e atividades pedagógicas orientadas referentes à cultura digital, oferece bolsa aos jovens juntamente com a formação social e em cultura digital, tendo como objetivo a preparação para o futuro atendimento da comunidade e a gestão de telecentros.

A outra frente é o Jovem.Com – Cidadania, que realiza projetos específicos com enfoque nos jovens em territórios com maior vulnerabilidade social com oferta de bolsas, em conjunto com uma grade de atividades de formação socioeducativas/comunitárias e acompanhamento social.

- CRIAR O CARTÃO DA CIDADANIA:

Criar o Cartão da Cidadania por meio do Cadastro Único Digital para todos os Programas Sociais e Serviços Públicos da cidade, garantindo sua utilização para famílias de perfil social mais vulnerável.

- AUDITORIA DE TODOS OS PROGRAMAS SOCIAIS MUNICIPAIS:

Estabelecer legislação municipal que torne obrigatória a realização de auditorias revisoras permanentes e sistemáticas sobre todos os programas sociais para fortalecer a integridade e o uso correto do Cartão da Cidadania, eliminando a possibilidade de usos indevidos ou incorretos, tudo com ampla transparência.

- CRIAR O CENTRO DO VOLUNTARIADO MUNICIPAL:

Criar o Cadastro Municipal do Voluntariado, no qual as pessoas possam participar oferecendo sua contribuição, seus dons e talentos, no setor em que esteja envolvido ou relacionado com desafios ou demandas sociais.

- APRIMORAR OS PROGRAMAS E SERVIÇOS DOS CENTROS DE TERCEIRA IDADE:

Implementar a Política Municipal de Atenção à Pessoa Idosa, ampliando a gama de serviços oferecidos a essa faixa etária expressiva na cidade. Criar novos Projetos de Inclusão Social voltados para essa população, com atividades adequadas ao perfil dos participantes e melhor aproveitamento dos Centros Educacionais de Assistência Integrada ao Idoso (CEAIs).

- AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE “CASA DIA DO IDOSO”:

Ampliar o serviço de convivência diária de pessoas com idade avançada, a fim de atender à população da cidade, fortalecendo a socialização dos idosos e assegurando a tranquilidade dos familiares para o desenvolvimento de suas atividades.

- RECENSEAR A POPULAÇÃO DE EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIAL:

Para um monitoramento constante das situações de privação social extrema e encaminhamento para amparo, capacitação e inclusão nos programas sociais do município.

- CRIAR O PROGRAMA “REENCONTRO”:

Implementar um Programa Municipal Reencontro com o reordenamento da rede e da metodologia de atendimento e assistência à população em situação de rua, com a implantação de novos centros de atendimento, através de parcerias com as entidades assistenciais afins e um corpo de profissionais multidisciplinares.

Implantação de moradias/casas de aluguel subsidiadas para população egressa de abrigos, clínicas terapêuticas, famílias e indivíduos em situação de rua e com histórico de transtorno por uso de substâncias, cujo objetivo é prover acompanhamento e ajudar na ressocialização através de trabalho, complementação em sua educação, formação profissional e educação financeira. Não se trata de abrigo, nem alojamento, mas uma casa mesmo, para a pessoa morar e ter sua autonomia, com acompanhamento de assistente social e demais profissionais durante determinado período.

DIMENSÃO 3 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA E INTELIGÊNCIA

- PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E INTELIGÊNCIA:

Formular o Plano Municipal Integrado de Segurança Pública, a ser desenvolvido com a participação da população por meio de audiências públicas.

O foco será na articulação da inteligência com a sala de situação e controle baseado na integração das redes de monitoramento público e privado, uso de inteligência artificial no reconhecimento facial e veículos frequentemente usados para crimes.

- FORTALECER O PROGRAMA VIZINHANÇA SOLIDÁRIA DA POLÍCIA MILITAR:

Atuaremos para a expansão do Programa Vizinhança Solidária, que apresenta bons resultados na redução da incidência de crimes. Esse programa caracteriza-se como sendo um complexo conjunto de ações que busca, por meio da prevenção primária, melhorar a segurança pública local, incentivando a vizinhança a adotar medidas e instalar equipamentos tecnológicos capazes de prevenir delitos, comunicar e colaborar com o policiamento, com repercussão positiva também diante do aumento considerável do número de furtos, praticados em sua grande maioria, por pessoas em situação de rua.

- CONSTRUÇÃO DO “CINTURÃO DE SEGURANÇA”:

Construir um “Cinturão de Segurança” com recursos, tecnologias e equipamentos para monitorar e controlar as principais entradas e saídas da cidade por meio de bases móveis, com equipes completas e canais exclusivos de comunicação, em parceria com a Polícia Militar, Governos Estadual e Federal.

- PROMOVER ESTUDOS SOBRE A CRIAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL:

A partir do que dispõe a Lei Federal 13.022, de 2014, realizaremos estudos sobre a viabilidade e conveniência da criação da Guarda Municipal. O tema é polêmico e comporta, de um lado, experiências positivas que efetivaram o que está estabelecido nos artigos 3º, 4º e 5º desta Lei, relativamente aos princípios, competências gerais e específicas acerca desse órgão público no âmbito municipal; de outra parte, não podemos enveredar pelo caminho da usurpação do que cabe às esferas do Estado e da União em relação à segurança pública, e muito menos propiciar condições para desvios de funções. Por isso, é sensato que tal proposta, que está em nosso horizonte, conte com o devido amadurecimento e o conhecimento das experiências positivas a respeito e será um componente indispensável à implantação do Cinturão de Segurança.

Entendemos que entre as funções da futura Guarda Civil Municipal estarão as ações de proteção do patrimônio público (especialmente as escolas, equipamentos de saúde e assistência social), operacionalização do “cinturão de segurança público municipal”, prevenção e combate à perturbação do sossego, controle, monitoramento e fiscalização do trânsito, bem como a atuação ligada diretamente a atividades educativas sobre prevenção

a drogas, inspiradas na experiência positiva do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd).

- CONSOLIDAR PROGRAMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, ADOLESCENTES E CRIANÇAS:

Aprimorar ações que fortaleçam a implementação de Políticas Públicas voltadas à Prevenção de Violência contra as mulheres, adolescentes e crianças, com a ampliação dos serviços de acolhimento institucional, desenvolvimento de projetos para conscientização sobre violência doméstica dirigidos para mulheres e homens, com a formação de grupos reflexivos para agressores, oferta de serviços de atendimento psicológico e/ou assistência social, acompanhamento psicossocial conforme determinações judiciais, promoção de atividades educativas, realização de palestras, envio de informações à autoridade judicial sobre o acompanhamento dos agressores, e formação continuada dos profissionais envolvidos.

Este conjunto de ações se destina a contribuir de forma eficaz para uma segurança pública real, impactando positivamente para a superação da sensação de insegurança que hoje vigora junto à população e restabelecendo o direito desta de circular livremente pelo município.

-ASSEGURAR MEIOS PARA A ATUAÇÃO PLENA DOS ÓRGÃOS DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO MUNICIPAIS:

Garantir que os órgãos de tributação e fiscalização municipais tenham equipes e recursos necessários para orientar, monitorar, prevenir e reprimir desvios que coloquem em risco a saúde, a integridade das pessoas e a organização da cidade, mas sem comprometer o empreendedorismo e a necessidade de trabalho da população, priorizando o caráter educativo em detrimento do punitivo.

DIMENSÃO 4 – SANEAMENTO

- NOVO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO:

Criar o Plano Municipal de Saneamento Básico, abrangendo as dimensões de **água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem pluvial, resíduos sólidos e controle de vetores**, propondo alternativas circulares e sustentáveis, instituindo novas metodologias de tratamento local das águas, dos efluentes domésticos e comerciais.

- CONCLUIR AS OBRAS DO ANEL HIDRÁULICO DO MUNICÍPIO:

Concluir a interligação dos três sistemas de tratamento de água (Sucupira, Bom Jardim e Capim Branco) com a finalização das obras de interligação e construção de novos reservatórios.

- RECUPERAÇÃO DOS TANQUES DE FLOCULAÇÃO DOS SISTEMAS SUCUPIRA E BOM JARDIM:

Os tanques de floculação dos dois sistemas carecem de reformas urgentes e manutenção, pois são indispensáveis ao abastecimento de água potável à população.

- POLÍTICA E PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS:

Instituir a Política Municipal de Recursos Hídricos e criar o Programa Municipal de Gerenciamento e Uso Racional de Recursos Hídricos, monitorando a qualidade das águas, com metas e bonificações para a redução de consumo.

- PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA:

Uberlândia perde hoje cerca de 25% da água distribuída em seu sistema. É preciso implementar metodologia técnica de monitoramento de perdas na distribuição de água, para reduzirmos continuamente e permanentemente estas, pois a água é recurso finito.

- INSTALAR ESTAÇÕES DE ÁGUA DE REUSO DE BAIXO CUSTO NOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS:

Ampliar fortemente a utilização de água de reuso para limpeza pública e manutenção de parques e jardins.

- COMPLETAR O CICLO DE TRATAMENTO DO RIO UBERABINHA:

O volume de material orgânico circulante no nosso Rio precisa ser reduzido através de novos sistemas de tratamento, combate às ligações clandestinas e cruzadas de esgoto com as redes de drenagem pluvial e despoluição para torná-lo integrado na vida da comunidade. A partir de um rigoroso diagnóstico, estabelecer metas de despoluição do nosso rio para os próximos anos.

- REVISÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO:

O atual sistema de esgotamento sanitário do município é ultrapassado e insuficiente em face da necessidade existente e de novos empreendimentos. As obras em execução no município para a ampliação da rede de captação não atenderão às demandas futuras, pois o emissário central localizado às margens do Rio Uberabinha, inaugurado em 1999 dentro do projeto de despoluição deste, já opera na sua capacidade máxima, sem possibilidade de ampliação desta.

Implementaremos estudos para a mudança do sistema existente na direção de novas metodologias, como, por exemplo, a descentralização do tratamento de esgoto para novos parcelamentos de solo, também em função da redução de custos.

- PLANO MUNICIPAL DE DRENAGEM URBANA:

Elaborar e aprovar o Plano Municipal de Drenagem Urbana (PMDU), no âmbito do município, bem como as demais ações que ampliem a permeabilidade do solo, com ênfase na recuperação e melhoria das redes de drenagens existentes, tais como as bacias hidrográficas da Getúlio Vargas, Minervina Cândida, Rondon Pacheco, Lagoinha, Morumbi e da represa do Parque do Sabiá.

- CAÇAMBAS E CONTAINERS CHIPADOS:

Legislar sobre a instalação de CHIP nas caçambas e containers autorizados a coletar entulho de obras no município, visando controlar o tempo de permanência das mesmas nas vias públicas e a destinação correta dos resíduos sólidos.

DIMENSÃO 5 - IGUALDADES

- DESENVOLVER POLÍTICA INTERSETORIAL DE IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL:

Esta política proporrá programas e projetos de amplo impacto que promovam a igualdade étnico-racial em todos os setores da administração municipal e nas políticas públicas de maneira transversal.

- DESENVOLVER PROGRAMA DE FORMAÇÃO ANTIRRACISTA:

Disponível para todos, mas focado nos agentes de segurança, conscientizar, capacitar, formar e manualizar as práticas antirracistas para uma vida cidadã plena.

- SELO EMPRESA “SOMOS IGUAIS”:

Incentivar a criação de um selo para estimular empresas que adotarem iniciativas em favor da inclusão no mercado de trabalho e no meio corporativo de pessoas econômica e socialmente vulneráveis.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE MICROCRÉDITO PRÓ-MULHER:

Como forma de fortalecer o empreendedorismo feminino, criar um programa municipal de microcrédito com a faixa entre R\$1.000,00 e R\$5.000,00. Baseado nos bons resultados internacionais, esse programa terá como foco mulheres empreendedoras e chefes de família.

- PELO JUIZADO DA MULHER:

Luta e articulação com outros Poderes pela criação do Juizado Especial Criminal e Cível para operacionalizar a Lei Maria da Penha em Uberlândia.

- UBS REFERÊNCIA DA MULHER:

Entabular estudos para a implantação de uma Unidade Básica de Saúde – UBS, referência de atendimento às mulheres e crianças vítimas de violência física, sexual e psicológica, equipada adequadamente e com profissionais da saúde especializados no atendimento em cirurgia corretiva, como em caso de queimaduras, fraturas e mutilações.

EIXO 5 - EDUCAÇÃO

Educação. Cultura. Esportes.

Lazer. Turismo.



Diretrizes para uma visão integral de Educação

Preocupações

Definitivamente esse é um ponto nevrálgico. Uberlândia rifa o futuro das nossas crianças e não tem um Projeto Educacional que as prepare para o futuro, tanto no sentido humanístico quanto nas competências e habilidades necessárias para o mundo do trabalho.

O IDEB, no ano de 2021, para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública municipal, era 6,1 e para os anos finais era 5,4. Na comparação com outros municípios do Estado, ficava nas posições, respectivamente, 200 e 88, entre 853. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 1275 e 793, entre 5570 municípios. Com um valor médio de mais de R\$7.000,00 por matrícula ano, quando comparado com outras cidades do mesmo porte e mais pobres que nossa cidade, fica evidente que a educação em Uberlândia vai mal. Os resultados são incompatíveis com os recursos públicos investidos.

Além disso, as condições de aprendizagem e o modelo de ensino não preparam o estudante para os desafios existenciais, sociais e profissionais do presente e do futuro.

Sem dúvida, as condições de trabalho dos docentes, tanto no quesito remuneração quanto na organização, amparo e incentivos, definitivamente desmotiva a força de trabalho, erodindo a saúde física e mental com consequências várias para a aprendizagem dos alunos, para os cofres públicos e para a confiança da população.

A falta de diversidade e democratização das manifestações culturais impede que nossa cidade conheça a si mesma. Além disso, os equipamentos de lazer são pouco acessíveis e exigem longos deslocamentos que resultam em escassa fruição do lazer. O mesmo problema ocorre com os equipamentos culturais, pouco acessíveis à população em geral.

Finalmente, o potencial do Turismo na cidade fica confinado ao mito da vocação do Turismo de Negócios que, com sua óbvia importância, despreza a amplitude do potencial instalado em Uberlândia, nos distritos e na região.

É necessário

Em primeiro lugar fazer uma séria e profunda política docente, um Plano de Carreira inteligente e racionalizar o cálculo da força de trabalho para uma vida saudavelmente dedicada dos docentes e para um funcionamento adequado das escolas. Professores devem ganhar bem e, se possível, ter dedicação plena em uma escola, com jornada

adequada e tempos para auto formação e atividades pedagógicas de não regência, conforme a legislação federal. Fora disso, a precariedade tende a perdurar. O papel do CEMEPE também é central, juntando esforços com as instituições de ensino superior para potencializar a formação continuada e atualização da REDE.

É preciso integrar as políticas culturais municipais com as práticas educacionais em todos os níveis, democratizando à pluralidade das manifestações e um maior acesso aos recursos públicos.

Junto do eixo Cidade Sustentável, é importante distribuir e planejar equipamentos de lazer nos espaços da cidade de maneira efetiva. Esse planejamento territorial do município como um todo precisa induzir a um olhar especial para os distritos, tanto cultural quanto turisticamente.

Nesse último ponto, diversificar o turismo, apostando no caráter pedagógico em sentido amplo: agroecológico, gastronômico e histórico.

Nossa meta

Dar um salto qualitativo nos indicadores da educação da cidade, manter, qualificar e atrair os melhores profissionais da educação do Município. Para isso, não precisamos inventar nada, a experiência de Sobral no Ceará, por exemplo, é inspiradora e devemos modelá-la com as especificidades e potenciais locais.

Articular no cotidiano da vida das pessoas o descanso reparador com o estímulo democrático às manifestações culturais, proporcionalmente distribuídas no território do município.

DIMENSÃO 1 - EDUCAÇÃO

- PACTO MUNICIPAL PELA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE (ODS 4):

Propor à cidade um pacto municipal pelo direito à Educação, que seja pública, de qualidade, para todos, que possa transformar nosso município na cidade brasileira da Educação, construído de forma coletiva e colaborativa, Planos de Ação objetivando o Direito de Aprender com parceiros externos, empresas e organizações governamentais tais como: Secretaria de Educação do Governo Estadual, Secretarias ligadas ao MEC, além dos Poderes Judiciário e Legislativo locais, Institutos e Fundações da sociedade civil. Por uma Educação que, ao mesmo tempo, tenha excelência, e seja orientada pela equidade.

- PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Criar uma Comissão Revisora e qualificadora do PME (Plano Municipal de Educação) para realizar todas as atualizações de indicadores necessárias de modo democrático e transparente, contando com a efetiva participação da sociedade e das comunidades de aprendizagem, bem como ter como horizonte a contemplação no PME do tripé educação democrática, inclusiva e sem discriminação.

- REFORMA INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO:

Redesenhar e reestruturar o Organograma Institucional de Gestão da Educação, redefinindo departamentos, divisões, seções e setores, além das assessorias e chefias, a fim de modernizar o seu funcionamento, simplificando hierarquias, otimizando as rotinas e padronizando seus processos e procedimentos internos, reformando a legislação municipal que versa sobre o tema.

- IMPLEMENTAÇÃO DE ESTUDOS PARA CRIAÇÃO DO SISTEMA PRÓPRIO DE ENSINO MUNICIPAL:

Ao implementar seu próprio sistema de ensino, Uberlândia terá mais autonomia para tomar decisões que atendam às necessidades específicas da educação na cidade, levando em consideração suas particularidades e demandas locais.

Desta forma, a criação de um sistema de ensino municipal para Uberlândia se mostra como uma medida importante e estratégica para promover um ensino de qualidade, adaptado às particularidades locais e alinhado com as melhores práticas educacionais, seguindo o exemplo de outras cidades mineiras que já adotaram essa abordagem com sucesso.

- REALIZAR O CENSO EDUCATIVO MUNICIPAL:

Implementar o Censo Educativo Municipal em complemento aos dados do MEC (Simec) e do sistema GDAE (Gestão Dinâmica de Administração Escolar), da Secretaria de Estado da Educação, inclusive nas abordagens do censo TALIS, visando o melhor diagnóstico possível da Rede Pública de Ensino da cidade. Propomos realizar a mais profunda e qualificada “escuta da Rede” já realizada.

- PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA (PMPI):

Criar o Programa “Crianças do Futuro” de atenção integral à primeiríssima infância, de 0 a 5 anos, abrangendo ações contínuas de nutrição, práticas desportivas, saúde, leitura,

cultura e educação com projetos voltados ao fortalecimento da primeiríssima infância no município.

- REESTRUTURAR O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL:

Auditar o orçamento público municipal, revisar todos os contratos, ampliar o acesso transparente às informações, investir recursos prioritariamente na função essencial do Sistema de Educação: assegurar o Direito de Aprender das crianças, jovens e adultos estudantes.

- AMPLIAR AS VERBAS DE SUBVENÇÃO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS:

Reestruturar a concessão de verbas de subvenção para as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, criando critérios de investimentos claros e conhecidos e ampliando o Controle Social. Além disso, pensar numa cota de orçamento controlada diretamente pelo Diretor da escola para uso rápido e não burocrático.

- ESTUDOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO CARTÃO MATERIAL ESCOLAR:

Realização de estudos para a implantação do Cartão Material Escolar para estudantes da rede pública municipal, iniciativa que também impactará positivamente o comércio local.

- LEI DE RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL MUNICIPAL:

Nos moldes da Lei Federal (PL 7420/2006), aprovados os parâmetros de qualidade oriundos do Conselho Municipal de Educação, o Órgão Municipal de gestão da Educação divulgará, a cada dois anos, os indicadores que deverão ser seguidos pelos diretores escolares para garantir a melhoria da educação básica. Criaremos por meio da escuta permanente, parâmetros democráticos e de qualidade da aprendizagem e daremos condições efetivas para que todos os diretores possam cumprir a legislação Municipal, Estadual e Federal.

- POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE MUNICIPAL:

Dentro dos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, adotar as seguintes medidas: (1) tornar a docência municipal altamente atrativa, motivadora e estimulante, mediante a melhoria do Plano de Carreira, fortalecendo a equidade em relação ao final da carreira; (2) excelência na formação inicial (residência) e continuada e em serviço (mentoria), em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais; (3) condições de trabalho efetivamente adequadas; (4) apoio pedagógico constante; (5) avaliações profissionais, mediante critérios pactuados prévia e democraticamente, com foco nos

resultados de aprendizagem. Ao governo municipal, caberá exigir que os professores sejam altamente respeitados e recebam reconhecimento dos trabalhos qualitativos e extraordinários realizados e que possam superar as expectativas cotidianas da administração, com o devido registro pedagógico.

- APRIMORAR O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL:

Dentro das limitações da Lei de Responsabilidade Fiscal e das determinações orçamentárias Constitucionais, implementar um Plano de Carreira que valorize o Magistério Público Municipal, construindo uma Carreira mais justa, com regras claras e critérios conhecidos de promoção por aperfeiçoamento profissional. O objetivo é haver uma Carreira mais atraente/equiparada, que preveja uma política de remuneração consistente e competitiva, combinados com jornada integral (dedicação exclusiva). Garantir o piso salarial nacional para os professores.

- IMPLEMENTAR A LEI FEDERAL Nº 11.738/2008:

Cumprir no Município a Lei do Piso Nacional, no que tange ao salário-base, sendo que a mesma inclui o 1/3 de Jornada para formação profissional e atividades pedagógicas sem os discentes, conforme o § 4º da Lei Federal Nº 11.738/2008, que determina que na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

- PROGRAMA DE MENTORIA PEDAGÓGICA:

Para aprimorar a formação dos novos Educadores do Sistema Municipal de Educação, dentro de um processo de MENTORIA profissional junto a professores mais experientes, serão observadas as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, em linha com o Parecer CNE de 18 de setembro de 2019.

- DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, CEMEPE:

Retomar a função para a qual o CEMEPE (Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz) foi criado em 1990. Rever os modos de oferecer cursos de formação continuada e em serviço de alta qualidade, sob demanda, focada nos desafios didáticos reais de aprendizagem do dia-a-dia, para todos os profissionais de Educação.

- FORMAÇÃO DOCENTE MESTRADO e DOUTORADO:

Celebrar convênio institucional com instituições de ensino superior, a fim de elevar o padrão de formação de todos os professores da rede em programas de Pós-Graduação

(nível mestrado e/ou doutorado) ou programas de mestrado profissional, na área da educação e afins, para estímulo ao aprimoramento profissional, flexibilizando as respectivas jornadas de trabalho, para que os profissionais possam realizar tais cursos.

- SELEÇÃO INTERNA PARA DIRETORES DE ESCOLA:

Institucionalizar por Lei Municipal o acesso a todos os cargos de diretores por processos seletivos em etapas para todas as escolas, para aqueles que possam comprovar 10 anos de efetivo exercício docente em sala de aula e mais: 1) Prova escrita, eliminando as escolhas movidas por interesses políticos e acabando com a indicação “partidária” de diretores de escolas sobre gestão escolar e LDB; 2) Análise de Currículos; 3) Prova Oral/Debates-Arguição-Banca, 4) Entrevistas, 5) Apresentação do Projeto Institucional de Gestão Escolar, 6) Curso Preparatório de Gestão, 7) Plano de Metas avaliado pelo Conselho Municipal de Educação com análise bianual dos resultados, cobrando, obviamente, os objetivos de forma clara e responsável, 8) Submissão da Lista Tríplice do Concurso à comunidade escolar.

- DIRETORES DE ESCOLA ESPECIALISTAS EM LIDERANÇA PEDAGÓGICA:

Redefinir nos Regimentos Escolares o papel dos Diretores de Escola, alinhados com o PROPÓSITO essencial dos Sistemas de Educação Pública que é o Direito à Educação e o Direito de Aprender de todos os estudantes. Portanto seus descritores de cargo-função serão alterados para liderança exclusivamente pedagógica, enquanto que os Assistentes de Direção cuidarão prioritariamente da Administração dos Ambientes de Aprendizagem, criando condições para que todos os processos aconteçam com qualidade e excelência.

- SELEÇÃO INTERNA PARA FUNÇÕES PEDAGÓGICAS:

Institucionalizar o acesso a todos os cargos de analista pedagógico, inspeção e supervisão pedagógica, por seleção interna para todos os cargos de gestão. Criaremos critérios para definição da quantidade de profissionais por região.

- AVALIAÇÃO E AUTOAVALIAÇÃO PROFISSIONAL DE DESEMPENHO:

Rever completamente e reformular os descritores de funções e responsabilidades, bem como os critérios e modelos de avaliações institucionais de desempenho, especialmente a forma ultrapassada do processo atual de avaliação pessoal. A Prova Municipal para Docentes será complementar aos demais processos avaliativos, cujos critérios serão construídos democraticamente pelos professores e pelo Órgão Municipal de Gestão da Educação, compreendendo o processo de avaliação como ferramenta de diagnóstico.

Esse processo avaliativo estará integrado com a formação continuada e se estabelecerá em retroalimentação com as instituições de ensino superior parceiras.

- PROGRAMA DE BEM-ESTAR PROFISSIONAL E GINÁSTICA LABORAL:

Criar tempos e espaços para que todos os profissionais da escola possam participar de atividades de Ginástica Laboral dentro das unidades e troca de conhecimentos, formação e disponibilização de informações e recursos para o bem-estar de professores e funcionários, bem como realização de análises ergonômicas regulares das atividades laborais para evitar problemas de saúde ocupacional.

- DIAGNÓSTICO E PREVENÇÃO AO ABSENTEÍSMO:

É uma realidade o alto índice de absenteísmo, com servidores da educação afastados por longos períodos devido a diversos motivos, licença médica, acompanhamento, maternidade e acidentes de trabalho. Este cenário reflete a necessidade urgente de diagnóstico e ações de prevenção e melhoria à saúde e bem-estar dos servidores.

- POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL:

Instituir a Política Municipal de Educação Integral, em parceria com a Unesco, objetivando o desenvolvimento humano integral de cada estudante da rede pública em sua jornada escolar, bem como de todos os agentes envolvidos no processo de ensino/aprendizagem com ênfase na transdisciplinaridade voltada ao Desenvolvimento Integral dos estudantes. Nela deverá ser previsto um Plano Diretor para que toda a rede passe a funcionar das 08:00 da manhã às 17:00 horas.

- MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO E TRABALHO NAS ESCOLAS RURAIS:

A educação é um direito fundamental e deve ser garantida a todos os cidadãos, independentemente de onde vivam. No entanto, as escolas da zona rural enfrentam desafios próprios que requerem soluções específicas, para tanto sua autonomia se faz necessária quanto à definição de suas atividades de ensino, lazer, esporte e cultura.

Também se fazem necessárias a manutenção e garantia de instalações e infraestruturas adequadas ao desenvolvimento das atividades propostas e definidas junto com as comunidades locais.

- USO MASSIVO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS:

Criar no CEMEPE um departamento de pesquisa e inovações educacionais para implementação e disseminação do uso de REAs (Recursos Educacionais Abertos), de

qualidade, incluídas aqui as novas tecnologias educacionais (software livre e dados abertos) a exemplo da Khan Academy.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA:

Em linha com a Convenção Mundial da ONU pelos Direitos das Pessoas com Deficiência, fortalecer o Programa Municipal de Educação Especial e Inclusiva, em parceria com outros órgãos municipais, formando permanentemente equipes multidisciplinares e os profissionais que atuem na Educação Especial Inclusiva com metodologias e abordagens mais modernas, a fim de que nenhum estudante seja deixado fora do processo educacional. As ações do Programa incluem um censo detalhado de quantos estudantes PCD, detalhamento diagnóstico por Laudos Médicos, Referencial de Acompanhamento da Aprendizagem, um Professor especialista em Educação Especial e Inclusiva por escola, contratação e capacitação de auxiliares, formação continuada para todos os profissionais das unidades, acessibilidade nos prédios escolares, veículos adaptados para transporte escolar, salas de recursos multifuncionais equipadas com materiais didáticos adaptados, livros versão braile ou versão em áudio, playgrounds acessíveis/sustentáveis, equipamentos, recursos, mobiliários escolares adaptados e brinquedos pedagógicos multifuncionais.

- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - “ESCOLAS SUSTENTÁVEIS”:

Elaborar e implementar o Programa Municipal de Educação Ambiental, visando ampliar a consciência ecológica e o comportamento sustentável dos estudantes, profissionais e comunidades escolares em conjunto, com diversas frentes de implementação, eficiente para que todas as escolas passem a ser Laboratórios de Sustentabilidade, como projetos permanentes de captação e reuso de águas pluviais, hortas orgânicas comunitárias, plantas e vasos como materiais didáticos, iluminação por LED, padronização de lixeiras, coleta seletiva, reciclagem, compostagem, geração de energia solar fotovoltaica, torneiras por toque, caixas acopladas de fluxo duplo, sensores de presença, reformas escolares, dentre outros. As metas de sustentabilidade e de redução de impactos serão fixadas a partir de 80% de redução do volume (resíduos orgânicos) e assim para todas as áreas, diminuindo o impacto ambiental, e gerando insumos para enriquecer o solo das hortas escolares comunitárias. Por fim, o incremento de produtos de higiene sustentáveis, produtos de limpeza ecológicos artesanais.

- PROGRAMA DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO (SAÚDE NA ESCOLA):

Criar o Programa Municipal de Apoio Psicopedagógico para os profissionais da Educação e para os grupos de pais e familiares dos estudantes da rede municipal, com ênfase também nos Manuais de Saúde Pediátrica mais atualizados.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE ALTAS HABILIDADES:

Criar processos pedagógicos humanizados de mentoria e tutoria para identificar e apoiar os estudantes detentores de altas habilidades, a fim de que eles possam desenvolver seus dons e talentos, contando ainda com um Cadastro Municipal que reúnam os Educadores e suas boas práticas em favor desses potenciais destaques da vida da cidade, trabalhando especialmente sobre a sua devida inclusão e autoestima.

- DEFINIR PADRÕES DE QUALIDADE PARA TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS:

Com base em comparativos nacionais e internacionais criar um cronograma na Intranet, de manutenção e qualificação da infraestrutura predial para todas as unidades da rede municipal, com as devidas instruções sobre segurança escolar, orientações técnicas, indicadores de merenda, norma de zeladoria e procedimentos funcionais administrativos.

- PADRONIZAÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES POR SALA:

Criar Lei Municipal para reduzir o número de estudantes por sala ao limite máximo de 20 (vinte) estudantes por turma, de acordo com as recomendações internacionais da UNESCO, observadas as necessidades de espaço físico confortável (parâmetros MEC) e as necessidades de professores e profissionais, denotando casos de educação especial inclusiva.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

Aprimorar o Programa Municipal de Alimentação Escolar, enfatizando a alimentação saudável, os produtos provenientes de agricultura orgânica e as necessidades alimentares de cada estudante da rede de acordo com os parâmetros nutricionais e a sazonalidade da oferta.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE ESCOLAR:

Inventariar todas as necessidades de acessibilidade ainda não cumpridas em todas as instalações prediais de escolas municipais, criando um cronograma de intervenções para garantir as reformas e adaptações necessárias, observadas as concepções da convenção mundial da ONU pelos direitos das pessoas com deficiência, da Norma ABNT NBR 9050, do Decreto Federal Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e do Desenho Universal.

- PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS (PDTE):

Elaborar o Plano Diretor de Tecnologias Educacionais (PDTE), visando criar condições para a incorporação de novas tecnologias no sistema de ensino e que deverá prever a modelagem da Internet de Banda Larga e Wi-Fi nas escolas, processos de outsourcing de computadores, tablets, notebooks, lousas digitais, data-shows além da infraestrutura lógica de impressão e ainda padronização de Agendas Escolares digitais, Sistemas de Gestão Escolar e Gestão das Bibliotecas.

- FORTALECER O PROJETO DE HORTAS ESCOLARES COMUNITÁRIAS:

Consolidar na cultura escolar essa prática pedagógica de amplo espectro, com intencionalidade de trazer para dentro das unidades a presença de pais e familiares; utilizando terrenos baldios ou ociosos da Prefeitura para a implantação de Hortas e Pomares municipais, cuja produção passará a ofertar alimentos frescos e altamente nutritivos à merenda escolar da cidade.

- PROGRAMA ESCOLAS - IRMÃS:

Criar canais de comunicação e intercâmbio entre escolas inseridas nos mesmos bairros ou próximas, sejam públicas ou privadas, para a troca de experiências e fazeres, ampliando a qualidade e a equidade dos serviços públicos educativos.

- PROJETO ARTES COMUNITÁRIAS:

Criar o Programa Artes Comunitárias, objetivando transformar os muros e espaços públicos escolares da cidade numa galeria de artes educativa a céu aberto.

- PROJETO CIDADE - LEITORA:

Implementar o Projeto de Cidade Leitora para incentivo à leitura nas bibliotecas das escolas e outras formas de incentivo, tais como micro bibliotecas e bibliotecas móveis para estimular o hábito de leitura em toda a população da cidade, em parceria com a Associação Brasileira do Livro.

- SELO DE EMPRESA AMIGA DA ESCOLA:

Instituir o Selo da Empresa Amiga da Escola, outorgado pela prefeitura para as empresas que mantenham pelo menos por um ano investimentos de apoio acordados com a direção das escolas e as associações de pais e mestres, em ações de sustentabilidade.

- SISTEMA MUNICIPAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS:

Criar uma Plataforma com novos softwares para monitoramento do desempenho de todos os indicadores do Sistema Educacional, com destaque especial para os módulos de: Gestão Educacional, Alunado (matrículas de estudantes), Gestão de Recursos Humanos

(professores e funcionários), Gestão Financeira (contratos, administração de recursos), Gestão Escolar (diário eletrônico digital, mensageria com famílias e controle de faltas), Manutenção e Serviços (obras, reformas, infraestrutura), Gestão Acadêmica e Gestão de Indicadores (monitoramento da aprendizagem).

- OBSERVATÓRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:

Criar um canal de comunicação com a sociedade sobre todos os assuntos relevantes e temas conexos relacionados à Educação e ao Direito de Aprender no âmbito do município.

- JOGOS ESCOLARES INTER-CLASSES E INTER-ESCOLAS:

Investir mais recursos em Jogos Escolares Municipais, buscando incentivar a prática desportiva como ferramenta de ensino, integração social e formação física dos estudantes, despertando suas aptidões.

DIMENSÃO 2 – CULTURA

- REVISAR O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA:

Revisar o Plano Municipal de Cultura com o descritivo de metas e objetivos culturais do município de Uberlândia, com interlocução junto ao Conselho Municipal de Cultura e agentes culturais.

- NOMEAR UM COMITÊ GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA:

Os membros do Comitê Gestor terão a responsabilidade de criar processos e procedimentos para a melhor administração do fundo e acompanhar as respectivas execuções, com os níveis máximos de transparência.

- AMPLIAR E MELHORAR O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA (PMIC):

Prezando pela diversidade e expressões locais e conectando a objetivos educativos, promover o máximo acesso ao programa.

É preciso também criar um sistema interno simplificado para o auxílio na prestação de contas.

- REALIZAR FÓRUNS E A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA:

Realizar os Fóruns de Cultura nos bairros, criando um espaço de articulação, análise de conjuntura, intervenção, troca de experiências, proposituras novas e debate, visando

construir alternativas para o desenvolvimento sociocultural do município, bem como a Conferência Municipal anual, todos com a mais ampla participação ativa da sociedade civil.

- VALORIZAR A CULTURA LOCAL E REGIONAL E OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE:

Viabilizar condições e infraestrutura para que os artistas locais e regionais possam se apresentar em espaços públicos, por meio também de parcerias público-privadas, desburocratizando os processos para sua utilização. Parques municipais, bibliotecas, escolas e praças igualmente podem receber diversos tipos de eventos, inclusive com visitas guiadas das turmas de estudantes das escolas municipais.

- INCENTIVOS PARA A FORMAÇÃO CULTURAL DOS PROFESSORES:

O processo educacional extrapola o âmbito escolar, pois se dá também em espaços e práticas culturais. Isso exige que os profissionais da educação tenham permanente formação cultural, principalmente por meio do CEMEPE, razão pela qual este espaço de formação continuada será utilizado também para essa finalidade.

- INCENTIVOS PARA REFORMA E MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CULTURA MUNICIPAIS:

Modernizar todos os equipamentos públicos culturais da cidade, reformando e adequando as instalações de acordo com as suas necessidades, seguindo as normas técnicas vigentes e de segurança de trabalhadores e espectadores.

- REALIZAR CONCURSOS PÚBLICOS CULTURAIS:

Criar concursos municipais de Cultura por áreas temáticas, com premiações patrocinadas por empresas que teriam pelo regulamento, como contrapartidas, a divulgação de suas respectivas marcas e produtos.

- IMPLEMENTAR UM PLANO DE COMUNICAÇÃO DA CULTURA MUNICIPAL:

Utilizando-se de listas transmissão por meio de WhatsApp, mailing de E-mails, SMS, Redes Sociais (Facebook, Instagram, X), posters em ônibus, táxis, comércios, pontos de parada, escolas, UBSs e demais prédios municipais, trabalhar para o aumento da divulgação das oficinas e eventos culturais realizados no âmbito do município.

- REGULAMENTAR O USO PARA OS TEATROS MUNICIPAIS:

Estabelecer regras mais claras e mais simples de como podem ser utilizados os equipamentos municipais de Teatro, normatizando prazos, padronizando termos de solicitação, formas de utilização, responsabilidades de conservação e eventuais taxas,

cujas arrecadações devem ter transparência e serem reinvestidas na qualificação dos respectivos espaços.

Criar projetos com linhas de financiamento específicas para a ocupação dos Teatros.

Atuar de maneira inteligente para resolução da situação do Teatro Grande Otelo, seja finalizar a revitalização do Teatro ou na transformação de seu imóvel em outro equipamento municipal de cultura/educação.

- SISTEMATIZAR AS AÇÕES CULTURAIS DA CIDADE:

Estabelecer regras claras e critérios de avaliação para construir indicadores periódicos que permitam o acompanhamento e o monitoramento do sucesso dos eventos realizados, inclusive com pesquisa de público presencial para feedback de eventuais melhorias que possam ser implementadas.

- PALCO MÓVEL:

Com planejamento e, quando possível, articulando com o cadastro do PMIC, fazer o PALCO MÓVEL municipal ter atividades durante todo o ano.

- REESTRUTURAÇÃO DO DESFILE DAS ESCOLAS DE SAMBA E DOS EVENTOS CARNAVALESCOS:

Reformular o desfile das Escolas de Samba, pensando em meios de financiamento e parcerias com a sociedade civil, bem como de todos os eventos carnavalescos da cidade, a fim de possibilitar a participação da população e ocupação dos espaços públicos.

- MANIFESTAÇÕES CULTURAIS POPULARES:

Proteção, preservação e manutenção do patrimônio histórico e cultural dos bens materiais e imateriais, tais como Congado, Folia de Reis, por meio de incentivos fiscais e Fundo Municipal de Cultura.

DIMENSÃO 3 – ESPORTE E LAZER

- INSTITUIR A POLÍTICA MUNICIPAL DE DESPORTOS E LAZER COMUNITÁRIO:

O esporte como um bem cultural, direito social e fator de desenvolvimento humano é o conjunto de práticas corporais, atividades esportivas e de lazer que, uma vez organizadas como política pública, exprime um grau de desenvolvimento social com possibilidades de incidir em aspectos econômicos, educacionais, da saúde, de lazer, do bem-estar, pela ampliação de conhecimentos e relações sociais. Vamos instituir a Política Municipal de Desportos e Lazer Comunitário.

- REFORMULAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES:

Revisão da LEI Nº 12.291, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015 que instituiu o Conselho Municipal de Esportes e regulamentou o Fundo Municipal, que tem como objetivo gerenciar recursos para apoiar e suportar financeiramente projetos de natureza esportiva, de lazer e de recreação no Município de Uberlândia.

- NOVO PROGRAMA DE ESPORTES COMUNITÁRIOS:

Reformular o Programa de Esportes Comunitários (PEC), ampliando seu plano de ação e aumentando o alcance e o número de atividades nos equipamentos de lazer municipais, distribuídas por faixa etária e em horários adequados à população, tornando Uberlândia uma cidade esportiva, assegurando a democratização do acesso ao esporte para toda a população, ao longo da vida e, ao mesmo tempo, demonstrar a potencialidade dos atletas, da base à alta performance, nos resultados esportivos.

- IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA NOVAS MODALIDADES ESPORTIVAS:

Em função da carência de espaços e equipamentos para prática de esportes de quadra, tais como tênis, beach tênis, badminton, tênis de mesa, implementar estudos para a ampliação desses espaços e respectivos equipamentos, com enfoque na prática e na formação de novos atletas.

- PROGRAMA MUNICIPAL DE ESPORTES DE ALTO RENDIMENTO:

Incentivar o Programa Municipal de Esportes de Alto Rendimento, dando maior ênfase à valorização dos atletas e esportistas da cidade e selecionando destaques locais para representar o município, com especial atenção aos atletas paraolímpicos, aproveitando os espaços e as potencialidades locais.

- ATIVIDADES FÍSICAS AO AR LIVRE:

Instalar nos espaços públicos ociosos academias ao ar livre, seguindo as normas técnicas de segurança dos equipamentos, feitos em materiais sustentáveis/recicláveis, e com supervisão de profissionais treinados, bem como ampliar as atividades físicas diárias no Parque do Sabiá para prevenção e promoção da saúde.

- RESGATAR O PRESTÍGIO SOCIAL DOS JOGOS ESCOLARES:

Fortalecer mediante valorização e prestigiar a importância de todas as atividades dos Jogos Escolares, buscando descobrir talentos e revelações nas diferentes modalidades

esportivas, inclusive e-sports, incentivando-os com subvenções para campeonatos e intercâmbios para trocas de experiências. Promover a integração de pais e estudantes nas escolas, por meio de jogos escolares nas modalidades escolhidas pela comunidade escolar.

- MAPEAR OS INDICADORES DE SAÚDE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS:

Criar mapeamento permanente nas escolas, em todas as séries, dos indicadores de saúde das crianças e adolescentes, frente à participação em programas de exercícios/motricidade, como parte das políticas públicas de bem-estar e qualidade de vida.

- CURSOS DE CAPACITAÇÃO INTEGRATIVA:

Criar cursos integrados de capacitação nas áreas de Esportes-Saúde-Educação-Cultura-Lazer, visando ampliar a prática de atividade física e do esporte, atingindo em larga escala os cidadãos da municipalidade.

- PROMOVER ATIVIDADES FÍSICAS NAS UBS(s):

Implantar Programa Municipal de Atividades Físicas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros da Terceira Idade e Centros de Saúde, como parte do conceito de medicina preventiva e no tratamento complementar de doenças como hipertensão e diabetes.

- NOVOS PLAYGROUNDS COMUNITÁRIOS INCLUSIVOS:

Criar playgrounds comunitários INCLUSIVOS, com brinquedos ecológicos e acessíveis às pessoas com deficiência, com supervisão, obedecendo e observando as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 16.071/2012), respeitando as diretrizes de sustentabilidade recomendadas.

- PROJETO ATLETAS INSPIRADORES:

Fortalecer programas de trocas de experiência com ex-atletas bem-sucedidos e profissionais de alto desempenho da área esportiva para ministrar palestras e conferências pela cidade.

DIMENSÃO 4 – TURISMO

- FORTALECIMENTO DO TURISMO LOCAL:

Posicionar Uberlândia como **destino relevante no Triângulo Mineiro**, através do fortalecimento do turismo local pela valorização de oito pilares estratégicos: captação de eventos e recursos financeiros, capacitação profissional dos agentes turísticos, fortalecimento do turismo de negócio, promoção dos turismos rural, cultural, de

entretenimento, religioso e gastronômico, estímulo à comercialização e prospecção do destino, fortalecimento das infraestruturas urbanas de turismo, consolidação do sistema de atendimento ao turista e estímulo à geração de emprego e renda associada à indústria do turismo.

- INSTITUIR O PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL:

Buscar alternativas para apoiar o empreendedor do setor turístico, aproveitar o potencial agroecológico e rural, cultural, gastronômico e pedagógico em um amplo debate para diversificar os empreendimentos e agentes turísticos na cidade. O objetivo é diversificar e fortalecer a oferta turística para além do turismo de negócios.

Propor a criação de uma linha de crédito para diversificação turística, com foco na capacitação dos agentes e profissionais do turismo.

- APOIO E INCENTIVO A EVENTOS:

Promover a articulação do Município com as organizações promotoras de eventos na cidade em todos os segmentos, considerando que o turismo é um setor transversal que impacta diversos outros setores da economia local.

- AMPLIAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL:

Rever a legislação sobre a ocupação do Mercado Municipal, desburocratizando-a e facilitando o plano de governança desse importante espaço turístico, cultural e econômico, envolvendo o setor público e o privado.

- CAPACITAÇÃO DOS SEGMENTOS:

O turismo é uma atividade econômica coletiva dos diferentes segmentos envolvidos no destino, a comunidade precisa estar engajada e disposta a receber pessoas, considerando como premissa a sustentabilidade ambiental, cultural, social e econômica, além da satisfação dos visitantes e, para tanto, esses segmentos precisam ser capacitados para bem receber.

- IDENTIDADE CULTURAL E GEOGRÁFICA DOS ATRATIVOS

O artesanato e a gastronomia são muitas vezes ícones da identidade cultural e geográfica dos destinos. O design é uma importante ferramenta de fomento da atividade artesanal que amplia os horizontes de comercialização e, por conseguinte, a conquista de

novos mercados. O design também amplia a capacidade do artesão de criar e recriar, tornando o produto mais competitivo.

Buscaremos parcerias para o desenvolvimento de programas de design com abordagens sob o foco da cultura local e visão de mercado, criando uma imagem forte para as entidades representativas da arte, cultura, turismo e gastronomia local.

- BANCO DE OPORTUNIDADES TURÍSTICAS:

A partir do mapeamento de agentes e pontos potenciais, criar um banco de oportunidades e fomentar agentes para organização, exploração e divulgação.

- CRIAÇÃO DA REDE TURÍSTICA MUNICIPAL:

Estabelecer uma coordenação entre os agentes turísticos, proprietários rurais, agências para facilitar e fomentar o uso, a instalação de equipamento e a exploração sustentável e segura das cachoeiras e trilhas do município.

- CIRCUITO TURÍSTICO DOS DISTRITOS:

Dinamização dos distritos a partir da valorização do potencial turístico e econômico peculiar de cada um deles.

- ESTIMULAR E CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NÁUTICO:

Uberlândia é uma cidade privilegiada que conta com três lagos artificiais provenientes das represas de Miranda, Capim Branco 1 e Capim Branco 2 e não há nenhum programa municipal de estímulo ao turismo nesses lagos. Propomos a regularização desses espaços com a democratização do seu uso.

- PRODUÇÕES ASSOCIADAS AO TURISMO:

A embalagem tem para os clientes um significado de extensão do destino, identificação com o produto, comunicando aspectos culturais do artista, da comunidade e de uma região. Assim, reconhecemos as embalagens como ferramenta de comunicação, marketing e posicionamento, orientando a concepção e produção das mesmas, para potencializar a comercialização.

- INSERÇÃO DE MULHERES NA PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO:

Estatísticas recentes indicam que 57% das mulheres estão à frente dos negócios turísticos no Brasil e 49% das empreendedoras mulheres são chefes de família. Em

parceria com SEBRAE, EMATER, SENAI, SEST e instituições de ensino superior, promoveremos iniciativas que consigam potencializar a visibilidade de seus negócios.

- TURISMO SÊNIOR:

Retomar o **PROGRAMA TRILHAS DA LONGEVIDADE**, destinado aos idosos, fortalecendo os vínculos de convivência, proporcionando momentos de lazer, entretenimento, descontração e diversão, além de estimular a saúde com atividades físicas e cuidados na alimentação, por meio da oferta de passeios e viagens para pontos turísticos, visando à melhoria da qualidade de vida dos idosos.

- ROTA DO TEATRO:

Apoiar a Rota do Teatro para que Uberlândia seja referência regional em espetáculos e eventos dos eixos Rio/São Paulo, trazendo uma série de vantagens especialmente na ocupação de hotéis, restaurantes e serviços correlatos.

- FESTIVAIS GASTRONÔMICOS:

Em parceria com a ABRASEL, SENAC e EMATER promover um calendário de eventos gastronômicos valorizando produtos e experiências singulares da cidade e região, a exemplo da Rota Cervejeira, dos festejos juninos com o Festival de Quadrilhas, a colheita do café nas cidades vizinhas que compõem a Região do Café do Cerrado Mineiro (primeiro café com Indicação Geográfica e Denominação de Origem do país).

- TURISMO CRIATIVO COM ROTAS URBANAS:

Elaborar roteiros turísticos que valorizem o patrimônio histórico do centro da cidade e um roteiro sobre a cultura e ancestralidades das etnias que contribuíram para a formação de nossa cidade.

Amor por Uberlândia, mirando os desafios do hoje e do futuro!

LEONÍDIO BOUÇAS

GUSTAVO GALASSI